



Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras
Departamento de Economia
GEEIN – Grupo de Estudos em Economia Industrial

**REESTRUTURAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
INTERIORIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NO PERÍODO
RECENTE**

Aluna: Juliana de Souza

Orientador: Prof. João Furtado

Banca Examinadora: Prof. José Marangoni Camargo

Prof. Rogério Gomes

Araraquara, dezembro de 2006.

Aos meus pais, Mauro e Lúcia.

Agradecimentos

Aos melhores pais do mundo (evidentemente, refiro-me aos meus), agradeço pela educação e carinho recebidos. Sempre prestativos e batalhadores, devo a eles, e ao meu irmão Ricardo, a oportunidade de cursar uma das universidades mais bem conceituadas do país.

À Universidade Estadual Paulista, pela formação acadêmica e amplitude de conhecimentos oferecidos. Foi neste ambiente que me tornei gente grande, aprendi a questionar os acontecimentos que inundam o mundo e as pessoas que o habitam.

Ao Prof. João Furtado, por tornar cada conversa um estímulo maior aos estudos e à pesquisa. Quando eu crescer, quero ter pelo menos um décimo da sua dedicação, disciplina e profissionalismo.

Ao GEEIN, por ter me ensinado o verdadeiro sentido da palavra Economia. Foram nas atividades cotidianas do grupo que fiz amigos e aprendi a enxergar a estreita relação entre teoria e prática.

Ao Prof. Rogério Gomes, por sempre estar disposto a ajudar, independente do dia, horário e de quantos alunos o aguardavam desesperadamente na “fila”.

Ao meu amigo e chefinho, Wellington. Apesar das diversas tentativas de corrompê-lo com bombons e chocolates, sei que a sua paciência, Well, é uma das coisas que não tem preço. Foi uma das amizades mais especiais que fiz na faculdade e que me acompanhará até o fim (eu espero!). Admiro sua competência, responsabilidade e os princípios éticos que regem sua vida. Inquestionavelmente, um exemplo a ser seguido.

Ao Jefferson. A sua paixão pelas histórias em quadrinhos de super-heróis me fez chamá-lo de Super-Jeff. Optei por este apelido não só por esta razão, mas porque “Super” lembra super-amigo, super-ser humano, super-esforçado, super-economista, super-competente e super-quase irmão. É o “Super dos Supers”.

No ano de 2002, quando ingressei na faculdade, o destino me fez uma surpresa: colocou no meu caminho pessoas muito especiais, mas ainda não existem palavras que qualifiquem o carinho que sinto por elas. Com a Alda, a Lurdinha, a Márcia e o Maurinho aprendi a amar incondicionalmente, a ser uma fortaleza, e que a alegria está nas coisas simples da vida. Uma lição de vida, com certeza.

A minha amiga Desirée, companheira para toda hora e responsável pelos momentos de diversão e lazer da faculdade. Muitas risadas e aventuras.

As minhas amigas de Altinópolis, Natália, Naiara, Elaine e Daiani. Agradeço a torcida e o fato de sempre estarem presentes na minha vida, a par de tudo o que acontecia, mesmo distantes.

A Thays. Sua forma incansável e persistente de fazer pesquisa era um estímulo para eu continuar quando o corpo já não agüentava mais. Depois de passar o dia todo no GEEIN, na frente de um computador, eram 23h e ainda insistíamos no “só mais um pouquinho...”

Finalmente, Economista!

"Primeiro, o mundo se dividia entre fortes e fracos do ponto de vista militar; depois, entre ricos e pobres do ponto de vista econômico, e agora se divide entre aqueles que sabem e os que não sabem".

Norberto Bobbio

Sumário

Capítulo I.....	2
Reestruturação, Reorganização e Desconcentração da Indústria Brasileira	2
1.1 A Reestruturação da Indústria Nacional e os Impactos Sobre a Distribuição Geográfica dos Investimentos	2
1.2 As Diferentes Interpretações do Movimento Espacial da Indústria Brasileira.....	6
1.3 Os Efeitos Territorialmente Concentradores da Ausência de Políticas Públicas.....	12
1.4 O Estado de São Paulo: interiorização da indústria e o novo papel atribuído à capital	16
1.5 Conclusões Parciais.....	19
Capítulo II	21
Movimentos Geográficos e Setoriais da Indústria Brasileira: uma análise aplicada para o período recente	21
2.1 Justificativa e Objetivo da Pesquisa	21
2.2 Metodologia.....	22
2.3 Resultados.....	25
2.3.1 Localização das Novas Unidades Fabris	25
2.3.2 Distribuição Setorial dos Investimentos e a Manutenção dos Padrões de Localização Industrial	29
2.3.3 Os Movimentos Espaciais Simultâneos e Contraditórios da Indústria Automobilística no Brasil.....	38
2.3.4 A Participação do Setor Terciário na RMSP	39
2.3.5 Fatores de Atração que Justificaram a Localização dos Investimentos.....	41
2.3.6 Os Movimentos Espaciais da Indústria Nacional: Concentração, Desconcentração e Descentralização	44
2.3.7 A Reestruturação da Indústria Brasileira a partir das Estratégias Adotadas pelas Empresas.....	49
2.4 Conclusões Parciais.....	53
Conclusão Final	55
Referências	58
Anexos	62

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 Distribuição Geográfica das Novas Unidades Produtivas	26
Tabela 2.2 A Interiorização da Indústria Paulista.....	28
Tabela 2.3 Distribuição Setorial dos Investimentos em Novas Unidades Produtivas	31
Tabela 2.4 A Manutenção dos Padrões de Localização Industrial	32
Tabela 2.5 Elementos que Impulsionam o Movimento Espacial da Indústria	41
Tabela 2.6 Categorização dos Movimentos Espaciais da Indústria Brasileira.....	45
Tabela 2.7 Panorama Setorial da Concentração Industrial	46
Tabela 2.8 Panorama Setorial da Descentralização Industrial	47
Tabela 2.9 Estratégias Empresariais Identificadas na Instalação das Novas Unidades Produtivas	50
Tabela 2.10 Localização e Perfil Setorial dos Laboratórios de P&D	52

Resumo

As políticas implementadas no Brasil nos anos 1990 exigiram das empresas a utilização de práticas que permitissem redução de custos, aumento da produtividade e elaboração de produtos inovadores. Por sua vez, esta reestruturação levou a uma mudança inevitável da configuração geográfica da indústria nacional, pois os investimentos passaram a se localizar de acordo com os benefícios que cada região podia oferecer. Entretanto, este movimento de desconcentração foi, relativamente, menos amplo e menos intenso nas etapas de maior conteúdo tecnológico e mais ligadas às áreas do conhecimento.

Palavras-chave: desconcentração industrial, reestruturação produtiva, interiorização da produção, estratégias empresariais, reconcentração de atividades.

Abstract

The policies implemented in Brazil in nineties claimed from companies use practices that allowed reduction in costs, raise in productivity and elaboration of the innovation products. On this way, the re-structuring carried to an inevitable change in the national industry geographic configuration. Therefore the investments surpassed to be localized in accordance with the benefits that each region could offer. However, this de-concentrating movement was less wide and less intense in the more technological content productive stages and on that connected to the knowledge field.

Key-words: *industrial de-concentrating, productive re-structuring, insiding production, companies' strategies, plus- concentration of activities.*

Introdução

A reestruturação do parque produtivo nacional foi uma das conseqüências das políticas econômicas adotadas na década de 1990. A valorização do câmbio e o aumento do poder de compra da população deram origem a um novo cenário que foi marcado pela disputa por mercados consumidores emergentes e pela intensa competição com produtos mais baratos advindos do exterior. Foi por meio da condução dessas políticas que mudanças estruturais puderam ser efetivadas no parque produtivo nacional. O interesse em reduzir custos e aumentar a lucratividade levou a indústria doméstica a buscar uma atuação geograficamente mais ampla: regiões que tradicionalmente recebem um fluxo maior de investimentos mantiveram sua posição, mas também foi possível identificar o surgimento de externalidades positivas, e a possibilidade de um crescimento sustentado, em áreas, até então, pouco exploradas pelo setor empresarial.

Segundo a literatura que tratou do assunto, a continuidade do movimento de desconcentração foi uma conseqüência do processo de reestruturação porque passava a indústria nacional. Eram processos simultâneos e complementares, na medida em que a abertura de uma nova fábrica, numa região fora do eixo Rio-São Paulo, representava a oportunidade de modernização e reestruturação organizacional da empresa.

Com o objetivo de analisar esta dispersão geográfica dos investimentos, o presente trabalho propõe-se a verificar como eles se distribuíram geograficamente, assim como o impacto gerado nas regiões que os receberam. Além disso, foram identificados e examinados os elementos propulsores do movimento da desconcentração industrial brasileira no período recente. Para a realização desta tarefa, foram selecionadas reportagens dos jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico referentes aos anos de 2000, 2002 e 2004.

Os resultados obtidos e a revisão bibliográfica da literatura pertinente ao tema estão estruturados em dois capítulos. O capítulo primeiro trata do plano teórico, ou seja, das diversas abordagens, dos aspectos mais relevantes e das divergências argumentativas entre os principais autores. O capítulo segundo apresenta os resultados obtidos por meio da coleta, sistematização e exame de um extenso banco de notícias de jornais, as quais foram trabalhadas e definidas (classificadas) em uma tipologia desenvolvida para tal propósito. Na conclusão final, procura-se relacionar o que é apresentado pela teoria com as impressões obtidas por meio da análise dos diversos casos de investimentos noticiados pela imprensa especializada.

CAPÍTULO I

REESTRUTURAÇÃO, REORGANIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

No contexto das mudanças econômicas ocorridas na década de 1990, a indústria brasileira iniciou um processo de reestruturação produtiva e organizacional que tinha como estratégias predominantes a busca por redução de custos, aumento da produtividade e investimentos em modernização e inovação. Estes mecanismos adotados para enfrentar a concorrência externa influenciaram a configuração espacial do parque produtivo nacional, uma vez que as empresas passaram a buscar localidades que oferecessem baixos custos e proximidade com mercados consumidores emergentes, favorecidos pelo bem-sucedido plano de estabilização.

A dispersão de atividades produtivas para regiões distantes do principal centro econômico do país e a reconcentração das atividades de gestão, concepção e inovação na Região Metropolitana de São Paulo foram os dois movimentos da desconcentração que caminharam em sentidos opostos e delinearão o processo vigente.

A atuação dos fatores responsáveis por esta dinâmica espacial foi sintetizada neste capítulo por meio do estudo das publicações feitas pelos principais pesquisadores do assunto. Todos eles consideram os mesmos fatores como relevantes, entretanto, varia a importância dada a cada um deles, da mesma forma, chegam a conclusões diferentes, mas não muito discrepantes entre si. Com o intuito de melhor entender esses diferentes pontos de vista, a conclusão final do trabalho tem o objetivo de comparar as informações obtidas por meio da literatura com os resultados alcançados através da utilização de notícias de jornais.

1.1 A Reestruturação da Indústria Nacional e os Impactos Sobre a Distribuição Geográfica dos Investimentos

A desconcentração espacial do parque produtivo brasileiro ocorrida a partir dos anos 1990 deve ser compreendida, conjuntamente, com os principais aspectos da transformação da economia neste período. É importante dar-se atenção especial às influências das políticas econômicas, então adotadas, sobre a estrutura e organização da indústria nacional, principalmente, no que diz respeito à crescente onda de novos investimentos que se realizaram fora do eixo Rio-São Paulo, considerado o motor do desenvolvimento do país.

Ao longo de quase vinte anos, a decisão política de acelerar a abertura da economia brasileira, iniciada em fins da década de 1980, pressionou as empresas instaladas localmente a dar início a um processo de reestruturação industrial que incluiu o adensamento de algumas etapas das cadeias produtivas, modernização tecnológica, inovações, aumento no valor agregado e expansão das exportações, dentre outros fatores. Esse processo, de acordo com Resende (2000), foi conduzido essencialmente pelos mecanismos de mercado através da maior abertura comercial, desregulamentação e estabilização macroeconômica.

A partir de 1990, barreiras não-tarifárias foram extintas e a tarifa média nominal de importações foi se reduzindo até chegar em seu patamar mais baixo em fins de 1994 (11%), como constataram Moreira e Correa (1997). Estes fatos, somados à liberalização da conta de capital, delinearão o processo de abertura econômica brasileira (MOREIRA e CORREA, 1997).

Em 1994, a política econômica do país elevou de forma acentuada as taxas de juros e reduziu fortemente a taxa de câmbio, sobrevalorizando-a. Num contexto de franca abertura comercial, estes foram os ingredientes vitais que sustentaram a política de estabilização do Plano Real, extremamente importante para reestruturação da indústria, pois reduziu as incertezas e possibilitou previsões econômicas confiáveis, segundo Franco (1996).

De uma forma geral, a consequência das políticas adotadas apresentou características positivas e negativas: ao mesmo tempo em que algumas empresas passaram a responder melhor aos estímulos do mercado e à própria orientação do governo para efetivar investimentos e inovações (RESENDE, 2000), outras foram à falência, ou, até mesmo, sofreram com a própria lógica de elevação da taxa de juros e da sobrevalorização do câmbio, pois, respectivamente, estes mecanismos levaram ao encarecimento dos empréstimos e ao acirramento da competição com produtos importados (COUTINHO, 1997).

Sobre o fato da abertura colocar em xeque diversos setores do parque industrial brasileiro, Castro (1999) defende que, apesar da adaptação eminentemente regressiva de algumas empresas, que passaram de fabricantes para montadoras, houve a criação de empreendimentos que visavam promover a reestruturação/adaptação da indústria doméstica. Eles se desdobraram em dois grupos: empresas que se adaptaram mediante mudanças estratégicas e intensa modernização, e empresas que, além de se modernizarem, estão empenhadas em confirmar a sua presença no país e se tornarem mais competitivas

através da ampliação de fábricas e da criação de novas e modernas unidades produtivas; fenômenos que, muitas vezes, são acompanhados de importantes mudanças na distribuição espacial das atividades (CASTRO, 1999).

Em síntese, o Plano Real funcionou, implicitamente, como um dos principais instrumentos de política industrial no pós-1994. No período de julho de 1994 a janeiro de 1999, os acréscimos de custos não podiam ser repassados automaticamente para os preços, pois havia a opção do produto similar importado, que era vendido internamente a preços relativamente mais baixos. Com isso, o empresário tinha que assimilar os acréscimos de custos, quando fosse o caso, e procurar aumentar a eficiência e produtividade não só para suportar as pressões de custo, mas também para enfrentar o concorrente externo (LAPLANE e SARTI, 1997).

Para Saboia (2001), o aumento da competição vinda do exterior, numa indústria acostumada com o protecionismo, induziu a lógica empresarial a adotar um modelo de produção que possibilitasse reduzir os custos, e aumentar a produtividade e o lucro no Brasil. Diante desta reestruturação produtiva e tecnológica, na década de 1990, as mudanças espaciais da indústria brasileira recente foram inevitáveis (SABOIA, 2001).

Ao basear-se na flexibilização da produção e das relações de trabalho, buscou-se os lugares que oferecessem baixos custos de produção e incentivos fiscais, dentro da estratégia mais geral das empresas de se apoiarem no fundo público e no aumento da lucratividade para sobreviver à concorrência, às crises e ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista (BOTELHO, 2002).

A expectativa era de que os impactos positivos das políticas adotadas, no início da década de 1990, sobre o progresso técnico e sobre o desenvolvimento regional fossem tão significativos a ponto de estimular o crescimento econômico. Num contexto onde existem competidores estrangeiros ávidos para ocupar maiores fatias de mercado, o investimento em tecnologia, qualidade e produtividade, por parte das firmas nacionais, se torna uma necessidade (FRANCO, 1996). A inserção destas novas práticas industriais ficou mais fácil de ser efetivada nas instalações de novas unidades produtivas que ocorreram a partir deste período, mas isto não impediu que as fábricas antigas também fossem beneficiadas.

Com relação às estratégias que passaram a ser adotadas pelas empresas, Pacheco (1999) salienta que não houve pressões de sucateamento e que é possível identificar um movimento de desconcentração industrial nas novas unidades fabris, pois representam uma oportunidade para a empresa se diversificar e modernizar, podendo também expandir a capacidade produtiva e facilitar sua logística, entre outros fatores. Além destas mudanças

técnicas e organizacionais, ao rearranjarem suas atividades, as empresas buscaram as condições de localização mais lucrativas a partir de economias de aglomeração, externalidades, custos salariais, guerra fiscal e proximidade com mercados e fornecedores (PACHECO, 1999).

A internacionalização também foi uma das alternativas encontradas para sobreviver neste cenário. Diante do fim dos subsídios estatais e da manutenção de uma economia fechada, um número reduzido, mas significativo de empresas, adquiriram ativos no exterior e/ou passaram a ter um maior envolvimento nos fluxos comerciais, apesar da presença de um viés antiexportador no país. Este movimento “para fora”, no início, restrito a poucas e grandes empresas, adquiriu uma importância crescente dentro da lógica empresarial nos anos que se seguiram à abertura econômica, e, desta forma, a estratégia da internacionalização acabou se tornando um mecanismo de competitividade cada vez mais difuso (LAPLANE e SARTI, 1997).

Outra dimensão importante da internacionalização dos anos 1990 foi o grande aumento da participação das empresas estrangeiras na economia brasileira. Elas demonstraram interesse pelas vantagens concentradas nos setores intensivos em recursos naturais do país e pela expansão do mercado doméstico (LAPLANE e SARTI, 1997; COUTINHO, 1997). De uma forma geral, constatou-se uma evolução do ‘grau de abertura’ comercial, isto é, da importância dos fluxos de exportação e importação em relação à produção doméstica (LAPLANE, SARTI, HIRATUKA e SABBATINI, 2000).

Um fato de grande relevância e que influenciou positivamente a competitividade internacional da economia brasileira foi o processo de integração regional, que criou em 1991 o Mercosul, composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Segundo Gonçalves (2001), o surgimento deste bloco econômico resultou num maior estímulo ao comércio exterior no âmbito da região, com tendência de crescente dinamismo ao longo dos anos 1990.

A adição de três importantes mercados ao já desenvolvido comércio da região Sul contribuiu para o deslocamento do centro de convergência econômica do país ainda mais para esta região, acentuando as desigualdades econômicas tradicionais do Brasil (AZZONI e FERREIRA, 1997).

De acordo com Saboia (2001), a implantação do Mercosul e o seu próprio nível de desenvolvimento local, contribuíram para que a região Sul acolhesse setores industriais modernos, com ênfase para o estado do Paraná. Em sentido contrário, a Região Nordeste

começou a receber um maior fluxo de investimentos em indústrias tradicionais (têxtil/vestuário e calçados)¹ (SABOIA, 2001).

Logo, a desconcentração industrial, num sentido mais amplo, fez-se nas atividades passíveis de “rotinização” e em setores tradicionais; já os segmentos mais intensivos em tecnologia e capital procuraram as áreas da *macrometrópole* paulista ou regiões desenvolvidas do Sul, que oferecem mão-de-obra qualificada, centros de pesquisa e serviços sofisticados. Simultaneamente, observou-se a concentração da gestão nas grandes metrópoles, que também se destacam pelos serviços, finanças, comércio e consumo (BOTELHO, 2002).

É possível dizer, portanto, que a distribuição locacional dos novos investimentos no país respeitou os parâmetros estabelecidos pela abertura comercial e pelo plano de estabilização da primeira metade da década de 1990. A necessidade de atender à expansão do mercado consumidor com produtos que detivessem um preço competitivo e uma qualidade próxima aos padrões internacionais, ocasionou na reestruturação produtiva e organizacional de muitas empresas instaladas no Brasil. Para sobreviver neste ambiente, a instalação de uma nova fábrica levava em consideração diversos fatores que permitissem custos reduzidos - em uma fábrica tecnologicamente avançada - vantagens fiscais, proximidade com outras empresas do mesmo setor e infra-estrutura adequada.

1.2 As Diferentes Interpretações do Movimento Espacial da Indústria Brasileira

Mesmo considerando a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1990, há um consenso entre os principais intérpretes da economia regional de que a tendência de desconcentração industrial com diminuição das desigualdades regionais mostra sinais firmes de inflexão ou mesmo estagnação nos anos mais recentes, sinal contrário ao que vinha apresentando desde 1970, data do início do processo de desconcentração.

O objetivo deste item é apresentar os pontos comuns e as divergências argumentativas pertencentes a alguns dos pesquisadores mais importantes da área, como Carlos Américo Pacheco, Carlos Roberto Azzoni, Clélio Campolina Diniz e Wilson Cano (por ordem alfabética). Por meio desta análise, serão identificados os prováveis

¹ De acordo com Azzoni e Ferreira (1997), a Região Nordeste sofreu um efeito particularmente positivo com a diminuição da inflação, visto que o crescimento do mercado regional, adicionado ao baixo custo da mão-de-obra e vultosos incentivos fiscais, levou à instalação de algumas fábricas de calçados, alimentos, têxteis e bebidas na Região. A conjunção destes fatores também permitiu que o produto manufaturado no Nordeste chegasse ao principal mercado nacional (Sul-Sudeste), que havia aumentado a demanda por bens de salários, com preços competitivos (AZZONI, 2002).

mecanismos propulsores deste movimento espacial da indústria brasileira apresentados pela corrente teórica.

Nas palavras de Cano (1998) houve “não só inflexão no processo de desconcentração como também, talvez, o início de uma ‘suave’ reconcentração, justamente a partir da intensificação da política de abertura” (CANO, 1998, p. 333). Apesar das deficiências estatísticas e dos problemas metodológicos, o autor enfatiza que há inequívocos indicadores de que a economia paulista teria perdido alguns pontos no contexto nacional, mas isto se deve à profunda crise que afeta a economia doméstica no período e principalmente por São Paulo ser seu centro produtivo dominante e por contar com uma estrutura industrial mais completa e complexa, o que afetou mais sua indústria do que a média do restante do país (CANO, 1998).

São vários os fatores que causaram esse comportamento contraditório do fenômeno recente da desconcentração (e reconcentração) industrial no Brasil. Cano (1998) examina os principais, aqueles que teriam deprimido o crescimento periférico nacional e inflexionado a desconcentração:

- desmantelamento do Estado Nacional e de vários órgãos regionais (Sudene e Sudam, por exemplo) implicando um ‘ocaso’ das políticas de desenvolvimento regional no período, principalmente a partir do Governo Collor;

- impacto da abertura comercial e da valorização do câmbio, que causaram sérios efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial (eletrônicos, bens de capital, têxtil, confecções, brinquedos, autopeças, bebidas, alimentos, etc.) e agrícola (trigo, algodão, leite, etc.);

- grandes investimentos do II PND, a partir de 1985, já haviam maturado, diminuindo assim seus impactos adicionais na periferia;

- debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais causou acentuada queda nos investimentos de infra-estrutura e de energia, deixando de causar impactos nas estruturas regionais e de gerar economias externas na periferia nacional;

- diminuição do ritmo de crescimento das exportações de manufaturados de indústrias tradicionais e de tecnologia “madura”;

- apesar da perda de participação de São Paulo, têm-se localizado, neste estado, os principais investimentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação, direta ou indiretamente associados à forma reconcentradora da atual reestruturação produtiva do país.

Entre os fatos que contribuíram para efetivas manifestações de desconcentração, Cano (1998) cita:

- alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração (no Nordeste e no Rio de Janeiro) e de refino (no Paraná);

- continuidade da desconcentração agrícola, indutora de novos projetos agroindustriais regionalizados (nos cerrados e em algumas manchas irrigadas nordestinas);

- algumas políticas *estadualizadas* – notadamente as de guerra fiscal – combinadas com projetos privados de novas localizações, que desconcentraram a partir de São Paulo, em direção principalmente à Zona Franca de Manaus, Minas Gerais e região Sul;

- embora ainda tímidas, as poucas políticas de incentivo ao turismo nacional – notadamente para o Nordeste – geraram efeitos similares aos da expansão urbana periférica, ou seja, aumento do emprego em serviços, gerando ainda novas oportunidades de inversão para indústrias “leves”.

Demonstrando não ter qualquer ilusão sobre o atendimento a reivindicações que brigam por equidade regional, Cano (1998, p. 351) afirma que “no discurso neoliberal isso não tem guarida, pois a busca é da eficiência e não da equidade”. Assim, faleceram as políticas tradicionais de desenvolvimento regional em quase todos os países. Com as políticas neoliberais de abertura e/ou de integração regional de várias economias nacionais, não há mais lugar para a produção subsidiada em regiões deprimidas ou menos desenvolvidas (Cano, 1998).

Outro ponto da análise do autor a ser destacado é sua discordância do diagnóstico de Pacheco (1998)² que afirma que a nação está se fragmentando pelo fato de que apenas porções de cada região estão (ou estarão) tendo melhor inserção internacional ou se beneficiando de investimentos privados (estrangeiros ou não) nelas especificamente localizados. Cano (1998) não considera certo falar em fragmentação, uma vez que os elos entre o núcleo da acumulação (São Paulo) e o restante da país permanecem unidos. Ele concorda que ela poderá ocorrer à medida que a desindustrialização cresça e que aponte para o indesejável caminho da regressão mercantil do país, e não apenas de uma ou outra região.

² A publicação deste livro corresponde à tese de doutoramento de Carlos Américo Pacheco intitulada “A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional”, apresentada no Instituto de Economia da Unicamp no ano de 1996.

Pacheco (1998) enfatiza que há continuidade da desconcentração da produção iniciada nas últimas décadas, mas ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante **fragmentação da economia nacional**³ do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos, mas nem por isso há reconcentração da atividade produtiva. Segundo o autor, houve um aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras e o surgimento de “ilhas de produtividade” em cada uma delas.

Desta forma, o pesquisador afirma que a desconcentração não deverá se dar de forma generalizada, com todas as regiões periféricas crescendo mais rapidamente que as de maior desenvolvimento. O que deverá ocorrer, portanto, é uma desconcentração impulsionada pelo surgimento de “ilhas de dinamismo” em todas as regiões do país, num contexto de “dessolidarização” das dinâmicas de crescimento e de redução dos níveis de integração inter e intra-setoriais, e também entre as regiões, o que foi uma das principais contribuições de Pacheco (1998).

Para ele, os principais determinantes da continuidade do processo de desconcentração, mesmo arrefecido, foram: as deseconomias de aglomeração⁴ da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); os efeitos da crise sobre as áreas mais industrializadas; a evolução da própria urbanização do país, com tendências à desconcentração de seu sistema urbano e, em menor grau, dos próprios mercados de consumo final, e, por fim, o ajuste microeconômico interno às empresas, com externalização de atividades e focalização da produção.

Segundo Pacheco (1998), a continuidade da desconcentração econômica pode ocorrer pela redução do peso de São Paulo em benefício dos demais estados do Sudeste e do Sul, e também pela agroindustrialização da fronteira agrícola. Contudo, o pesquisador chama atenção para as dificuldades de se assegurar que estes movimentos constituem efetivamente tendência para os próximos anos e evidencia três motivos para esta preocupação:

³ Grifos do autor, Pacheco (1998, p. 226).

⁴ Diz respeito a um conjunto de variáveis entre as quais se destacam os maiores custos de transporte, de terrenos, de serviços e infra-estrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, entre outros (Negri *apud* Pacheco, 1998, p. 210). Em sentido oposto, economias de aglomeração dizem respeito à criação de externalidades positivas, com investimentos em infra-estrutura e pesquisa, motivadas justamente pela concentração de atividades numa determinada região (DINIZ e CROCCO, 1996).

- os efeitos da abertura comercial e do novo ambiente competitivo internacional, pois tendem a ser bastante negativos para as regiões não integradas ao Mercosul que, em certo sentido, pode ser uma resposta da política de regionalização ante a globalização;
- o ajuste fiscal do setor público, que traz restrições para a formulação de políticas de desenvolvimento regional;
- o aumento na incorporação de componentes importados, na busca de ampliação da competitividade, que enfraquece os nexos industriais internos de solidariedade e reduz seus efeitos globais de encadeamento, pois os fornecedores locais seriam substituídos por estrangeiros através de estratégias de *global sourcing*.

Concluindo, Pacheco (1998) esclarece ainda que, mesmo diante de tantos determinantes da desconcentração, o que confere unidade à análise são as políticas econômicas e o perfil setorial do investimento, determinados pelas características da acumulação que vige em cada uma das conjunturas regionais e pela natureza da inserção internacional da economia brasileira.

Clélio Campolina Diniz, pesquisador dos assuntos relacionados à questão regional da indústria no Brasil, defende a idéia de que, a partir de fins da década de 1960, começou a ocorrer um processo de reversão da polarização industrial da Área Metropolitana de São Paulo, e ilustra esta assertiva dizendo que “o gigante populacional e econômico do país, a assim chamada ‘locomotiva brasileira’, começou a sentir fadiga nas últimas décadas” (DINIZ, 1999, p. 1350).

Estabelecendo uma hierarquia para os grandes fenômenos responsáveis por esta alteração do padrão regional brasileiro, Diniz e Crocco (1996) citam em primeiro lugar as pressões de custo da Área Metropolitana de São Paulo e o desenvolvimento da infraestrutura e das economias de aglomeração em outras regiões e cidades, que propiciaram melhores condições locais para as novas indústrias. Ademais, a expansão da infraestrutura econômica (transportes, energia e telecomunicações) alargou e unificou o mercado brasileiro, facilitando a localização industrial em novas áreas ou regiões.

A forte intencionalidade da política econômica em promover o processo de desconcentração industrial através de investimentos diretos e incentivos fiscais, foi o terceiro item mais importante apontado por Diniz e Crocco (1996). Por último, os autores estabeleceram uma soma de fatores: ampliação da infra-estrutura, crescimento da demanda industrial e urbana, potencial exportador e crescimento da produção agrícola e mineral, com grande expansão de suas fronteiras (DINIZ e CROCCO, 1996).

Embora esteja havendo um processo de desconcentração relativa da produção industrial, a tendência, segundo os pesquisadores, é fortalecer uma reaglomeração macroespacial na região Sudeste e Sul do país, através das metrópoles de segundo nível e de uma rede de cidades de porte médio, as quais possuem grande dinamismo e potencial de crescimento industrial. Esta seria a configuração do que Diniz e Crocco (1996) denominaram “polígono industrial”, que compreende mais de 70% das áreas industriais brasileiras com mais de 10 mil pessoas ocupadas e mais de 75% do emprego industrial no período 1970-1991.

Relacionado com a força de contenção do campo aglomerativo de São Paulo, esta região possui três eixos: um no sentido do interior do próprio estado de São Paulo, outro no sentido dos estados da região Sul, e um terceiro eixo em direção à região central de Minas Gerais (DINIZ e CROCCO, 1996).

Por meio da taxa de crescimento do emprego industrial, os autores constataram a existência de Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs), que delimitam o polígono, dividindo-as em três grupos: AIRs estagnadas, ou de baixo dinamismo; AIRs dinâmicas; e AIRs especiais.

De acordo com Caiado (2002), a utilização desta base de dados representa uma fragilidade do estudo de Diniz e Crocco (1996) e, por isto, a conclusão de que há reversão da polarização no Brasil é equivocada. Outra crítica que se faz à defesa do “polígono industrial” é a desconsideração da importância econômica dos focos de industrialização encontrados fora das Regiões Sudeste-Sul, o que inclui parte da indústria têxtil-calçadista e química que segue rumo ao Nordeste, parte da indústria de eletrônicos para Manaus e agronegócios para o Centro-Oeste (PACHECO, 1998).

Mesmo considerando que na indústria brasileira estão ocorrendo mudanças tecnológicas e organizacionais decorrentes do processo de reestruturação produtiva, os autores ancoram a análise na taxa de crescimento do emprego industrial para concluir que, quanto maior sua expansão (leia-se, menor reestruturação tecnológica e organizacional), mais dinâmica seria a AIR. Dessa análise, poder-se-ia concluir que a RMSP – região de maior densidade industrial do país e onde o processo de reestruturação foi mais intenso – ficou estagnada. Ao usar informações que não exibiam os processos centrais em curso, conseguiram comprovar a equivocada tese da reversão da polarização (CAIADO, 2002, p. 123).

Também contrário ao argumento da reversão da polarização, Azzoni e Ferreira (1997) verificaram que o núcleo industrial do país ainda posiciona-se competitivamente frente às demais áreas, com seu núcleo espalhando-se para regiões vizinhas, transbordando de São Paulo para as áreas limítrofes (exceção feita ao Rio de Janeiro). Logo, não há

reversão da polarização, mas um espraiamento da indústria num raio de aproximadamente 150 quilômetros, em um processo do tipo “desconcentração concentrada” (Azonni *apud* Pacheco, 1998).

Segundo Azzoni (2002), a indústria apresentou uma tendência de fugir dos custos elevados da metrópole e de se localizar no entorno metropolitano, mas isto não resultou na criação de pólos independentes, pois a RMSP continua desempenhando papel de principal centro de decisão e de inovação nacional e a sua atratividade teria se expandido graças à ampla base de serviços ofertados, principalmente os mais sofisticados.

Nas palavras de Lencioni (1994), houve uma ampliação e adensamento da área territorial da atividade produtiva, que manteve a primazia da RMSP por meio do desenvolvimento e intensificação das atividades de controle do capital industrial. “A decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador e os serviços essenciais de ordem superior, não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos” (LENCIONI, 1994, p. 57).

Sobre o fato de não existir alternativas de polarização externas a São Paulo e de que a acumulação é e continua sendo comandada por esta cidade, Pacheco (1998) concorda com Azzoni (1986), mas salienta que a desconcentração espacial da indústria adquiriu dimensões econômicas e geográficas muito significativas, atingindo regiões, até então, pouco atrativas, por isto, não deve ser relegada a um segundo plano.

Em síntese, um ponto convergente entre os argumentos aqui explicitados diz respeito à redução de ritmo da desconcentração ocorrida nas décadas anteriores. Por sua vez, os fatores de expulsão e atração, que impulsionam o movimento contraditório de desconcentração com reconcentração produtiva no país são tratados, por cada autor, com níveis diferenciados de importância. Sobre isto, é válido retomar o argumento de Pacheco (1998), quando o pesquisador diz que as políticas econômicas e o perfil setorial do investimento é que conferem unidade à análise, mesmo diante de tantos determinantes da desconcentração.

1.3 Os Efeitos Territorialmente Concentradores da Ausência de Políticas Públicas

O processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro levou a uma forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões. De acordo com Lemos, Moro, Domingues e Ruiz (2005), o padrão locacional do parque produtivo doméstico foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das

economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Em 1970, como consequência da renda e da produção, as áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro lideravam a participação no emprego industrial e no valor de transformação industrial (VTI) do país, totalizando 47% e 56%, respectivamente (DINIZ e CROCCO, 1996).

Esta situação começou a se reverter na primeira metade da década de 1970, com o início de um novo ciclo expansivo da economia brasileira, conhecido como período do ‘Milagre Econômico’ e caracterizado por um intenso processo de crescimento industrial com desconcentração (DINIZ, 1999).

Com níveis variados de intensidade, este foi apenas o começo de um movimento que perdura até o período recente. Conforme já analisado no item 1.2, não é possível atribuir a responsabilidade por esta dispersão da indústria nacional apenas a um aspecto. O que ocorreu foi a atuação de um conjunto de fatores econômicos e político-institucionais, com diferentes graus de importância, que permitiu um efeito generalizado de desconcentração industrial no país e que pode ser considerado a principal força centrífuga desse processo (LEMOS, MORO, DOMINGUES e RUIZ, 2005).

A participação do Estado nesta transformação do espaço econômico brasileiro foi fundamental até início da década de 1980, mas diante da crise financeira e da necessidade de ajustar-se à nova realidade, nacional e internacional, o governo, em todos os níveis, retirou-se tanto da área do planejamento como da área de políticas sociais compensatórias. Isto é ruim para o país porque causa efeitos deletérios a longo prazo e as opções de localização passam a ser determinadas por meio de aspectos financeiros em detrimento dos estratégicos, que deveriam prevalecer em todos os níveis, segundo Azzoni (2002).

Devido ao fraco desempenho do governo federal nas funções de coordenação e de equalização estrutural entre as regiões e estados, a partir da década de 1980, passou a existir uma disputa entre os estados brasileiros pelos novos investimentos. Esta tensão no pacto federativo nacional foi denominada guerra fiscal e tem por objetivo desviar as opções locais da indústria oferecendo certos benefícios e incentivos fiscais às empresas⁵ (ACSELRAD, 2003).

⁵ As armas usadas na guerra fiscal do ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços) visam atrair empreendimentos para o território da unidade que as utiliza. São incentivos diversos, em geral de natureza financeiro-fiscal, que resultam na redução ou devolução parcial do imposto a recolher. O incentivo fiscal pode ser concebido como uma eliminação marginal de tributo em virtude do surgimento de uma nova

Amaral Filho (2003) defende que o incentivo fiscal serve como mecanismo de correção de uma falha de mercado - uma vez que as regiões não apresentam características homogêneas mas ratifica que não é saudável apostar todas as fichas na concessão de incentivos fiscais para atrair investimentos. Segundo o autor, eles podem ser eficazes apenas no campo dos ajustes e redução dos custos com infra-estrutura, mas geralmente não são muito efetivos no campo da geração de economias externas e rendimentos crescentes (AMARAL FILHO, 2003).

Uma visão mais crítica da política de concessão de benefícios fiscais é apresentada por Varsano (1997) ao afirmar que a guerra fiscal é inimiga da política de desenvolvimento regional e da desconcentração industrial; o país perde em benefício das empresas privadas. Seu argumento se baseia na idéia de que as batalhas passam a ser vencidas somente pelos estados de maior poder financeiro, que são também os que têm acesso mais fácil a crédito. Ao mesmo tempo, com a generalização dos benefícios fiscais (todos os estados concedendo incentivos semelhantes), estes perdem seu poder de estímulo que depende de diferenças na tributação (VARSANO, 1997).

De acordo com o mesmo autor, a guerra fiscal transforma, portanto, os incentivos em meras renúncias de arrecadação que não têm qualquer efeito estimulador. Em face dessa redução generalizada do peso da tributação, as empresas passam a escolher sua localização em função de fatores econômicos, entre os quais a qualidade da infra-estrutura e dos serviços públicos oferecidos, que, por sinal, dependem da arrecadação fiscal.

Esta generalização do conflito fiscal fez com que os ganhos iniciais dos estados mais pobres desaparecessem, já que as áreas mais ricas contam com uma infra-estrutura que melhor atende aos interesses das indústrias. Com base no estudo da Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES, Botelho (2002)⁶ partilha da mesma opinião que Varsano (1997), ou seja, que a reconcentração da economia brasileira em direção ao Sudeste-Sul do país foi o principal resultado da guerra fiscal, ao longo da década de 1990.

Também como solução determinada por prioridade financeira, aparece o programa de privatizações, iniciado com atividades produtivas, mas já alcançando infra-estrutura. Neste contexto, a desconcentração industrial perde fôlego e abrangência porque, conforme salientado por Pacheco (1999) e Azzoni (2002), as diferenciações entre

oportunidade de uso privado de recursos da sociedade cujos benefícios sejam superiores aos do uso público a que se destinavam (VARSANO, 1997).

⁶ Segundo este autor, a necessidade de fundo público por parte das grandes empresas tende a crescer com o contínuo avanço tecnológico, em razão da extrema elevação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos, que ultrapassa a capacidade de autofinanciamento, seja com recursos próprios ou captados no mercado financeiro (BOTELHO, 2002).

investimentos em infra-estrutura diminuíram a competitividade das regiões distantes do principal centro econômico brasileiro. Os autores ainda chamam atenção para o fato de que o diferencial das condições de acessibilidade entre o estado de São Paulo – basicamente promovidas com investimentos estaduais, ainda que com grave endividamento – e os demais estados, mesmo dentre os do Sul, tornaram progressivamente menos atraentes outras áreas.

Até mesmo a forma como o processo de privatização se desenvolveu, foi possível verificar características geograficamente concentradoras no Brasil:

Dado o interesse de rentabilidade que essas atividades [produtivas e infra-estruturantes] necessariamente devem apresentar, pois admite-se que o setor privado deva por elas interessar-se, os principais candidatos situam-se na região mais rica do país. Como a privatização é seguida de reestruturação interna dos órgãos ou empresas e, por necessidade de competitividade, de investimentos em modernização e ampliação, cria-se um diferencial nos ritmos de investimentos entre as porções pobre e rica do território ainda maior (AZZONI e FERREIRA, 1997, p. 23)

As diferenças inter-regionais não devem ser vistas como um fenômeno isolado no espaço econômico nacional, pois nele também coexistem diferenças intra-regionais. Na região Sudeste, por exemplo, a cidade do Rio Janeiro e a sua Área Metropolitana já não são mais consideradas, ao lado de São Paulo, um centro polarizador das atividades industriais e da economia nacional (DINIZ, 1999).

Segundo Natal (2003), é possível destacar cinco crises a que o estado do Rio de Janeiro foi submetido:

- a obsolescência de setores importantes da indústria fluminense (naval e siderúrgica, por exemplo) indicava que esse estado não conseguia apropriar-se da ponta tecnológica de bens de consumo duráveis (toda ela localizada em São Paulo), nem mesmo elaborar uma política industrial que valorizasse suas vantagens comparativas;

- a recessão financeira dos anos 1980 - que levou a um corte dos investimentos públicos e contenção das remunerações do pessoal ativo e inativo federais. Ademais, afetou negativamente a economia da região, pois, nesse período, 25% do funcionalismo público federal e outros 25% dos aposentados e pensionistas federais residiam no estado do Rio de Janeiro. O poder de compra das famílias e das empresas foi estreitado;

- o agravamento da questão social pôde ser visualizada na ausência de coberturas sociais trabalhistas, queda do emprego formal e dos salários, além do aumento da informalidade. Tudo isto, colaborou para o aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais no estado;

- a redução dos gastos mencionados acima amplificou as brigas entre o governo estadual e federal, potencializando o sentimento difuso do chamado ônus da transferência da capital para Brasília;

- baixa auto-estima da população fluminense e em especial da carioca diante das declarações de que o estado do Rio de Janeiro chegou a ser considerado uma “formação social inviável historicamente”.

Desta forma, torna-se categoricamente perceptível que a ausência de uma política de desenvolvimento regional e a desestruturação do Estado ameaçam a busca por maior equidade econômica regional. Até o início dos anos 1980, existia uma intencionalidade por parte do Estado Federal, em promover a transformação do espaço econômico nacional, amplificando-o, integrando-o e desconcentrando-o. A partir de então, a lógica empresarial é que passou a determinar o rumo dos investimentos no país, levando em consideração apenas o princípio da rentabilidade e ‘privilegiando regiões já privilegiadas’.

1.4 O Estado de São Paulo: interiorização da indústria e o novo papel atribuído à capital

Em paralelo ao movimento de desconcentração do parque produtivo nacional, assistia-se em São Paulo o que se denominou como ‘a interiorização da indústria paulista’. Este processo de rearranjo interno dos padrões de localização industrial, também presenciado em nível nacional, favoreceu os municípios de porte médio, dotados de infraestrutura e distantes dos problemas crônicos das grandes cidades, pois eram mais atrativos para novas fábricas ou ampliações (PACHECO, 1999).

Lencioni (2003) questiona o uso do rótulo ‘interiorização da indústria paulista’ pois deixa subtendido que a presença da indústria no interior do estado é uma novidade, e, historicamente, isto não se confirma, haja vista que no final da década de 1920, cerca de 30% da produção industrial do estado de São Paulo era proveniente do interior, sobretudo das regiões de Sorocaba e de Campinas.

Segundo a autora, a expressão ‘interiorização da indústria paulista’ quer se referir à interiorização da indústria que se deu a partir dos anos 1970, e, portanto, essa expressão deveria se fazer acompanhar do adjetivo ‘recente’, no sentido de se precisar adequadamente o processo em exame. “O novo não reside no fato de a indústria se fazer presente no interior, o novo está na importância industrial que assume o interior paulista e

que o coloca como segundo espaço industrial do país, superado apenas pela RMSP” (LENCIONI, 2003, p. 466)

Todos os dados a respeito da distribuição espacial das atividades industriais indicam a expansão econômica do interior e uma conseqüente mudança na sua estrutura. A uma indústria tradicional baseada em fábricas de bebidas, alimentos, fiação e tecelagem, novas atividades produtivas foram incorporadas, na qual se faziam presentes refinarias, unidades produtoras de máquinas, de produtos farmacêuticos e indústrias químicas, entre outras de maior complexidade industrial, até então quase que exclusivas da área metropolitana (CANO, 1998).

Por sua vez, Lencioni (1994, 2001, 2003) argumenta que esse processo, estimulado pelos mesmos fatores de atração e de expulsão verificados a nível nacional, não tem nada a ver com a idéia de descentralização industrial ou metropolitana, pois a cidade de São Paulo, bem como a Região Metropolitana, constitui o principal centro industrial não só do estado, mas também do país. Em segundo lugar, a idéia de descentralização supõe a existência de pelo menos dois centros: o primeiro, relativo ao que perdeu posição de centro e, o segundo, ao que ganhou posição de centro (LENCIONI, 1994). “Como não houve criação de um novo centro industrial que fez com que São Paulo perdesse sua posição na hierarquia, deve-se utilizar a denominação ‘desconcentração industrial’, mas jamais uma descentralização”⁷ (LENCIONI, 2003, p. 467).

Houve uma ampliação e adensamento da área territorial da atividade industrial, que manteve a primazia da metrópole por meio do desenvolvimento e intensificação das atividades de controle do capital industrial. A decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador e os serviços essenciais de ordem superior, não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos (AZZONI, 2002).

Caiado (2002) mostra que, apesar de, na média, a RMSP ter perdido participação na produção industrial, alguns setores se reconcentraram, num movimento que pode ser chamado de “dualidade circular”⁸, no qual alguns segmentos saem da região, compelidos

⁷ Segundo a pesquisadora, o uso do termo descentralização para este processo de dispersão da indústria cria uma opacidade que dificulta perceber a redefinição da primazia da capital, não como a capital do capital, mas sobretudo, como a capital da informação e da gestão (Lencioni, 1994). De acordo com o dicionário Houaiss, desconcentração e descentralização são sinônimos. Vejamos, desconcentração: “ato ou efeito de se afastar do centro; descentralização, dispersão, espalhamento” (HOUAISS, 2001, p. 968).

⁸ O conceito de “dualidade circular” foi originalmente elaborado por Benko (1996) para explicar os dois movimentos sucessivos que caracterizam a organização espacial das indústrias de alta tecnologia. Há “uma concentração geográfica das atividades, que permite obter economias de aglomeração, seguida por desconcentração geográfica da produção para evitar as deseconomias de aglomeração crescentes provocadas

por deseconomias de aglomeração, e outros se instalam, atraídos por economias de aglomeração. São movimentos simultâneos do conjunto da indústria: desconcentração, em alguns segmentos pouco intensivos em tecnologia; e reconcentração, nos de alto conteúdo tecnológico (CAIADO, 2002).

Por tais motivos, nada indica que o município-sede da metrópole de São Paulo estaria perdendo funções urbanas que comprometeriam sua posição de centro econômico mais importante do país, justamente ocorre o contrário: nesse processo, o centro se torna cada vez mais centro, ou seja, cada vez mais se apresenta centralizador. Neste cenário, de acordo com Lencioni (2003), pode-se dizer que tanto o interior, como a metrópole, transformaram-se: a metrópole, pelo desenvolvimento e concentração do trabalho imaterial; o interior, pela recente intensificação da atividade produtiva.

Desta forma, a metrópole de São Paulo afirma sua primazia concentrando os centros de poder e direção do capital industrial e financeiro e, ainda, de uma série de atividades relacionadas ao terciário superior, fundamentais para direção do processo de reprodução do capital em geral. Dentre essas atividades é possível citar os serviços de auditoria contábil, de consultoria financeira, de seguros, de engenharia industrial e tecnológica, de computação, propaganda, *marketing*, entre outros. Esses serviços baseiam-se em atividades imateriais; produzem idéias, aconselhamentos, pareceres, constituindo-se num intenso uso do conhecimento em atividades com finalidade prática (CLEPS, 2003).

A transformação das tradicionais metrópoles industriais em centros de prestação de serviços especializados é uma tendência que tem se verificado em grande parte do planeta, isso está ocorrendo de forma significativa em Londres e em Nova York, e menos em Tóquio. A principal metrópole do Brasil, São Paulo, vem sendo objeto de intenso debate sobre as tendências locacionais à desconcentração dos investimentos, considerando a perspectiva de que sua *desindustrialização*⁹ possa implicar num aprofundamento da crise social. Não há, contudo, consenso de que essa metrópole esteja se desindustrializando (Santos, 1998).

pela concentração acentuada das atividades. Essa segunda etapa é realizada a partir do momento em que a estandardização da produção o permite” (BENKO *apud* CAIADO, 2002)

⁹ Na formulação pioneira de Clark (1957), países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB, mas, à medida que alcançam níveis médios de renda per capita, essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda per capita, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços. A desindustrialização em economias avançadas não é necessariamente um fenômeno indesejável, mas uma consequência natural do dinamismo exibido por determinadas regiões (Clark *apud* Nassif, 2006).

Apesar de Pacheco (1999) afirmar que não há sinais de desindustrialização na metrópole paulista, pois não houve sucateamento de plantas, há autores que defendem o contrário, um deles é Tavares (2000) dizendo que, nas duas últimas décadas, o estado de São Paulo e, principalmente, sua metrópole, apresentaram sinais evidentes de desindustrialização. Segundo o autor, nestas áreas, de um lado, expandem-se as funções mais atrasadas do terciário, em consequência do desemprego em massa; de outro lado, avançam as funções terciárias mais avançadas, indicativas da modernização, da terceirização e da integração da economia metropolitana no cenário internacional. São essas últimas que conferem à metrópole paulistana o poder de comando sobre o resto do país (TAVARES, 2000).

Historicamente, portanto, foi a concentração das atividades produtivas que estruturou a RMSP, tornando-a pólo econômico do país. Mas, embora sejam ainda relevantes os mecanismos de concentração, são os de dispersão os responsáveis pela reestruturação desta região, num processo caracterizado pela redução da participação dos setores intensivos em mão-de-obra na produção industrial e um predomínio dos segmentos tecnologicamente mais complexos e dos trabalhos de concepção e gestão, levando muitos autores a questionar a possibilidade de existir, nesta área, um movimento de desindustrialização.

1.5 Conclusões Parciais

A distribuição espacial interna da indústria brasileira foi impulsionada por fatores locais de expulsão e atração no período recente, que se vinculavam, num sentido geral, às deseconomias de aglomeração e à criação de externalidades positivas, respectivamente. Estes elementos, quando unidos aos efeitos microeconômicos da abertura comercial e da estabilização, nos anos 1990, ganharam cada vez mais importância nas decisões locais da indústria doméstica e representaram um dos eixos dinâmicos da reestruturação do parque produtivo.

Com a ausência de uma política regional no Brasil, desde os anos de 1980, este cenário de mudanças espaciais da indústria doméstica se configurou de acordo com os interesses e decisões das empresas, dos governos estaduais e das prefeituras, o que possibilitou à guerra fiscal adquirir espaço e importância. Os incentivos fiscais podem ser considerados fatores de “desvio” com relação aos fluxos que teriam, sem eles, outros destinos e configurações.

Mesmo considerando esta dispersão geográfica da indústria, não há consenso de que a RMSP presencie um processo de desindustrialização com ênfase na crescente participação do setor terciário. É inquestionável a tendência de predomínio deste setor, entretanto, a região continua alvo dos segmentos produtivos com maior densidade tecnológica e, principalmente, o espaço ideal para a reconcentração das atividades imateriais. Por esta razão, o termo ‘desconcentração’ é o que melhor caracteriza o processo em andamento, uma vez que não houve a criação de um segundo centro, nem perda de importância da RMSP, o que, neste caso, caracterizaria um movimento de ‘descentralização’.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS GEOGRÁFICOS E SETORIAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE APLICADA PARA O PERÍODO RECENTE

A desconcentração geográfica da indústria nacional constatada no intervalo 1970/85 apresentou evidências suficientes para ser assim designada e se tornar um consenso entre os autores. Entretanto, a interrupção da produção regular de indicadores industriais regionais nos anos mais recentes (desde 1985) pelo IBGE prejudicou as interpretações dos movimentos espaciais da indústria, e levou à utilização de diferentes métodos que possibilitassem examinar as mudanças ocorridas no período que se estende da segunda metade da década de 1980 até os dias atuais.

Diante desta ausência e precariedade dos dados referentes à indústria, a alternativa adotada para a efetivação deste trabalho foi selecionar reportagens publicadas pelos jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico que faziam referência ao tema abordado, e, em especial, deu-se preferência às notícias que evidenciavam intenções de investimentos.

A utilização desta ferramenta de pesquisa possibilitou a análise de diversos fatores relacionados à reestruturação e desconcentração do parque produtivo nacional. A mudança de um plano teórico, representado pela literatura, para um plano mais palpável - representado pelas reportagens - teve muito a contribuir com o estudo, pois permitiu um maior entendimento de como agem os propulsores deste movimento espacial da indústria. Além disto, foi possível contribuir com o debate acerca do novo papel atribuído à RMSP e com os assuntos relacionados aos movimentos simultâneos de desconcentração dos setores tradicionais e reconcentração das atividades de maior complexidade tecnológica, assim como, daquelas ligadas à gestão e inovação.

2.1 Justificativa e Objetivo da Pesquisa

Vários fatores históricos e econômicos levaram à concentração das atividades industrial, financeira e comercial na região Sudeste, especialmente em São Paulo. Contudo, a partir dos anos 1970, principalmente, sob a tutela do Estado, configurou-se no país uma relativa desconcentração do parque produtivo nacional em direção ao interior paulista e para outras regiões.

Apesar do ritmo menos intenso, este movimento da indústria brasileira perdura até os dias de hoje, profundamente, influenciado pelas mudanças estruturais ocorridas em

meados da década de 1990, como a abertura comercial, a reestruturação produtiva e a mudança no papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico do país.

Fundamentada na necessidade de caracterizar esses movimentos espaciais da indústria no território nacional, esta pesquisa busca identificar e examinar os mecanismos propulsores da dinâmica de desconcentração industrial nos anos de 2000, 2002 e 2004¹⁰.

São averiguados os principais motivos que levaram às decisões empresariais de onde construir unidades produtivas no país nesses anos, tendo em vista a peculiaridade econômica de cada região brasileira, e o impacto nas regiões que receberam estes novos investimentos. Para o cumprimento dessa tarefa, foi importante considerar não só quais os ramos industriais privilegiados pelos investidores, como também o objetivo a que se propõe cada fábrica a ser construída em determinada região.

2.2 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram selecionadas reportagens dos jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico que faziam referência ao anúncio da construção ou à inauguração de unidades produtivas no país nos anos de 2000, 2002 e 2004. Utilizou-se a Gazeta Mercantil para o ano de 2000 e para os anos de 2002 e 2004 o jornal Valor Econômico. A razão para esta mudança deve-se à disponibilidade de versões eletrônicas deste último, o que contribuiu para agilizar o processo. Em posse dessas informações, elas foram sistematizadas e classificadas de acordo com uma lista de 21 “fenômenos”¹¹ ligados aos conceitos de economia industrial. São eles:

- **Diversificação:** expansão da empresa para novos mercados distintos da sua área original de atuação. Isto amplia o potencial de acumulação da empresa e viabiliza

¹⁰ A escolha destes três anos deve-se as seguintes razões: 1) período recente; 2) antes mesmo da escolha do tema, já possuíamos um banco de informações referente ao ano de 2000; 3) a idéia inicial era o estudo de um quinquênio (2000 a 2005), porém, diante da grande quantidade de notícias encontradas, foi preciso estreitar um pouco mais a amostra; 4) a análise de três anos consecutivos poderia ser muito tendenciosa; 5) a escolha de 2000, 2002 e 2004 permite examinar o início, meio e fim de um quinquênio.

¹¹ Com o intuito de aproveitar, ao máximo, esta ferramenta de pesquisa, e para que fosse possível a criação de uma tipologia de análise, todas as reportagens selecionadas foram classificadas de acordo com o principal acontecimento que a notícia evidenciava, a isto, denominamos ‘fenômeno’. Diante da frequência com que apareceram, os 21 fenômenos foram definidos em razão do amplo alcance que deveriam ter, ou seja, para que este instrumental fosse utilizado por todos os pesquisadores do GEEIN era necessário que as classificações das reportagens abrangessem diversos temas ligados à Economia Industrial, ficando a critério de cada pesquisador a seleção de um determinado fenômeno mais relacionado ao seu trabalho, o que facilitou a “garimpagem” de informações nos bancos de reportagens a que esta atividade deu origem.

seu crescimento, pois a diversificação lhe permite superar os limites de seus mercados correntes;

- **Divisão de Funções e Atividades:** a nova fábrica atenderá a demanda de outra empresa, o que representa um movimento de transferência de atividade ou função também conhecido como terceirização/desverticalização por parte da empresa demandante;
- **(Estruturas Físicas para) Inovação:** estratégia que visa promover a construção de um espaço físico onde seja possível dar início ao processo inovativo, grosso modo, definido como o esforço da empresa em investir nas atividades de P&D e na incorporação posterior de seus resultados em novos produtos, processos e formas organizacionais.
- **Expansão da Capacidade Produtiva:** mobilização de recursos financeiros para aumentar a participação no mercado. Diferentemente dos investimentos em aquisições e/ou fusões, esta ação tem efeitos sobre o tecido industrial e econômico ao ampliar a capacidade produtiva do primeiro;
- **Internacionalização:** para o desenvolvimento desta pesquisa, classificou-se como Internacionalização as notícias que faziam referência à construção da primeira unidade produtiva de uma empresa estrangeira no Brasil;
- **Joint Venture:** ocorre quando a associação de determinados grupos empresariais dá origem a uma nova empresa, sem que haja prejuízo para as atividades anteriores em que cada uma delas atuava.
- **Modernização da Produção:** destino de recursos para um melhoramento qualitativo do parque produtivo, a fim de reduzir custos, aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do produto e adquirir maior competitividade;
- **Parceria:** associação entre duas ou mais empresas que empenham recursos comuns para conjuntamente desenvolverem uma nova atividade;
- **Preocupação Ambiental:** desenvolvimento de tecnologias e produtos que colaboram com a preservação dos recursos naturais existentes. Na pesquisa, os casos encontrados estiveram relacionados à criação de centros de reciclagem;
- **Promoção de Exportações:** elaboração de programas que visam iniciar, ampliar ou consolidar a atuação da empresa no mercado internacional, muitas vezes, diversificando seus mercados e tornando a sua interação com eles mais dinâmica;

- **Reestruturação Organizacional:** redistribuição das atividades produtivas entre as fábricas de uma mesma empresa simultaneamente à instalação de uma nova unidade. O fenômeno também inclui a transferência da produção para outra localidade;
- **Substituição de Importações:** início da produção nacional de bens que, anteriormente, eram importados pela indústria como um todo; ou quando a empresa decide produzir bens intermediários, que até então eram importados, para consumo próprio ou para terceiros;

Tendo como “filtro” a construção de novas unidades fabris, extraiu-se 346 notícias destes três anos, distribuídas da seguinte maneira: 2000 (117), 2002 (118) e 2004 (111)¹². Posteriormente, estas reportagens foram retrabalhadas no contexto da reestruturação e desconcentração da indústria nacional no período recente. Dos investimentos totais, 115 haviam sido concretizados nestes três anos, enquanto 231 eram anúncios de investimentos com prazo indefinido de maturação.

Com o objetivo de complementar a análise, foram utilizadas outras reportagens do Valor Econômico que não puderam ser sistematizadas no banco de dados, pois não tratavam da construção/inauguração de fábricas, mas que, de alguma forma, tinham muito a contribuir com o estudo; para os três anos, foram encontradas 122 notícias.

Outras 200 reportagens, agora, do jornal O Estado de São Paulo, que evidenciavam as principais características de cada região brasileira, também fizeram parte do estudo; metade delas puderam ser discutidas ao longo do texto. Trata-se de notícias publicadas num especial de 2005, intitulado “O Novo Mapa do Brasil”.

Portanto, de um total de 668 reportagens geradas a partir do banco de dados com um total de 5.014 casos obtidos através dos canais Valor Econômico, Gazeta Mercantil e O Estado de São Paulo, foram utilizadas no trabalho de análise e discussão dos elementos pertinentes à reorganização espacial da indústria brasileira um grupo de 530 notícias.

¹² A quantidade de notícias que está entre parênteses foi selecionada de três bancos de reportagens elaborados pelo GEEIN, respectivos aqueles três anos. O ano de 2000 possuía 1.112 notícias; havia 1.580 no de 2002, e 2000 reportagens em 2004.

2.3 Resultados

Ancorada nesta base de informações, dar-se-á início à apresentação dos resultados obtidos, que serão analisados no contexto das mudanças econômicas e institucionais assistidas na economia brasileira desde os anos 1990.

2.3.1 Localização das Novas Unidades Fabris

Este item tem o propósito de averiguar o processo de dispersão das atividades econômicas pelo país baseando-se no banco de reportagens a que se fez referência no início deste capítulo. Foram sistematizadas e analisadas 346 notícias do ano de 2000 (117), 2002 (118) e 2004 (111); o número entre parênteses ilustra como foi feita a distribuição entre eles.

Apesar dos resultados obtidos serem considerados satisfatórios, é importante fazer a ressalva de que as informações sobre intenções de investimentos apresentam limitações de várias ordens. Inicialmente, são meras intenções, sujeitas às vicissitudes da conjuntura, interesses políticos, entre outros, até que se materializem. Ademais, cobrem apenas os anúncios feitos, deixando de lado aqueles investimentos que são realizados sem nenhuma comunicação. Esse problema é particularmente importante nas áreas com maior produção anterior ao novo investimento, dado que adições ao parque já instalado são mais prováveis nessas circunstâncias, podendo-se prever um viés contra essas áreas nesse tipo de dado. Consideradas essas reservas, pode-se dizer que são informações relevantes para indicar as tendências futuras na distribuição regional da produção, e os investimentos que chamam a atenção da mídia tendem a ser os mais importantes em termos de representatividade.

Durante o período analisado, a região Sudeste foi a que mais atraiu investimentos. Na média, sua participação foi de 43,6%. Em seguida, vem a região Sul com 23,4% e depois o Nordeste com 16,2%. Por último, aparecem as regiões Centro-Oeste (10,4%) e Norte (6,4%). Somente o estado de São Paulo, acolheu 28,3% dos anúncios de investimentos da amostra, o que lhe garante uma posição bastante privilegiada mesmo quando comparada a de estados como Minas Gerais e Paraná, cada um recebeu 9,5% de todos os investimentos. A tabela que sintetiza a distribuição das unidades fabris segue abaixo:

Tabela 2.1 Distribuição Geográfica das Novas Unidades Produtivas

Estados	Investimentos	Participação na Amostra (%)	Participação na Região (%)
São Paulo	98	28,3	64,9
Minas Gerais	33	9,5	21,9
Rio de Janeiro	15	4,3	9,9
Espírito Santo	5	1,4	3,3
Região Sudeste	151	43,6	100,0
Paraná	33	9,5	40,7
Rio Grande do Sul	27	7,8	33,3
Santa Catarina	21	6,1	25,9
Região Sul	81	23,4	100,0
Bahia	24	6,9	42,9
Pernambuco	14	4,0	25,0
Ceará	8	2,3	14,3
Rio Grande do Norte	3	0,9	5,4
Paraíba	3	0,9	5,4
Sergipe	2	0,6	3,6
Maranhão	1	0,3	1,8
Piauí	1	0,3	1,8
Região Nordeste	56	16,2	100,0
Goiás	18	5,2	50,0
Mato Grosso	10	2,9	27,8
Mato Grosso do Sul	8	2,3	22,2
Região Centro-Oeste	36	10,4	100,0
Amazônia	19	5,5	86,4
Pará	3	0,9	13,6
Região Norte	22	6,4	100,0
Total	346	100,0	-----

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

Fazendo um recorte regional, a situação fica ainda mais discrepante, pois é perceptível um intenso processo de concentração de unidades fabris em determinados estados. A única exceção é a região Sul, que manteve uma certa equivalência de investimentos entre seus estados. Já São Paulo ficou com cerca de 65% de todos os investimentos anunciados para a região Sudeste, e em segundo lugar ficou Minas Gerais com aproximadamente 22%.

A região brasileira que possui a maior quantidade de estados também passou por processo semelhante ao concentrar 43% dos investimentos na Bahia e 25% em Pernambuco. No Centro-Oeste, é possível destacar Goiás, que acolheu 50% da amostra regional. A situação mais crítica é a da região Norte: dos sete estados que a compõe, apenas dois (Amazonas e Pará) apareceram como alvo de investimentos industriais, cabendo ao Amazonas 86,4% de tudo o que foi destinado àquela região. Talvez seja possível dizer que, em termos de investimentos industriais, o Amazonas seja sinônimo de

Manaus diante do forte poder de atração que a indústria já estabelecida neste município desempenha sobre os novos investimentos.

Olhando separadamente para as respectivas tabelas de cada ano, identificou-se uma permuta entre as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, uma vez que Sudeste e Sul permaneceram em posições de liderança durante todo o período. No ano de 2000, por ordem decrescente, temos Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No ano de 2002, temos Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No ano de 2004, também por ordem decrescente, temos Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Em comparação com o ano de 2000, nota-se um significativo ganho de posição da região Centro-Oeste, que chegou a deter 16% dos investimentos anunciados nos anos de 2002, enquanto que no ano de 2000 ela apresentou a menor participação na amostra (4,3%). A região Norte, por sua vez, manteve-se abaixo dos 10% nos três anos analisados, apresentando uma tendência a permanecer na última posição da classificação regional feita para o período recente.

Por mais que a região Nordeste tenha se estabelecido numa posição inferior no ano de 2002, isto não alterou o seu poder de atrair investimentos. No ano de 2000, a distância entre uma das regiões mais dinâmicas do país – Sul - e a Nordeste era de apenas 2,5%; em 2004, a diferença ainda permaneceu baixa, 4,5%. Contudo, não podemos desconsiderar o fato de que a região Nordeste possui nove unidades federativas, enquanto a região Sul possui apenas três – no entanto, esta última detém uma participação na riqueza gerada bastante superior.

A participação de São Paulo na região Sudeste nos três anos estudados oscilou entre 59% e 68,6%, o que destaca a sua importância. No ano de 2004, 68,6% dos investimentos foram destinados para São Paulo - número significativamente alto. Neste mesmo ano, a diferença percentual entre a participação de Minas Gerais e do Rio de Janeiro na amostra regional foi de apenas 1,9%.

Na região Sul os investimentos só foram desproporcionais no ano de 2002, quando Santa Catarina fica com 12,1% dos investimentos e o Paraná 54,5%. Nos outros dois anos, 2000 e 2004, os três estados da região Sul mantiveram suas participações no intervalo que vai dos 30,8% aos 38,5%.

Analisando-se separadamente, Goiás é o estado mais atrativo com relação aos outros dois da região Centro-Oeste. Sua participação varia entre 40% e 52,6%. A passos vagarosos, Mato Grosso do Sul conseguiu superar Mato Grosso no ano de 2004.

Na região Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará estiveram melhor posicionados nos três anos. Na amostra, Alagoas foi a única unidade federativa que não acolheu investimentos neste período.

Como já foi dito, a região Norte apresenta a situação mais crítica por ter apenas dois estados como alvo de investimentos industriais. Ficaram excluídos: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins.

As reportagens selecionadas também permitiram verificar a intensidade do processo de interiorização da indústria paulista, como pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 2.2 A Interiorização da Indústria Paulista

Estado de São Paulo	2000 (%)	2002 (%)	2004 (%)
Interior	86,5	46,2	65,7
Região Metropolitana	13,5	53,8	34,3
Total	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

No ano de 2000, o interior de São Paulo foi alvo de 86,5% do total de investimentos destinados para o estado; em 2002 este valor decaiu para 46,2%, e no ano de 2004 voltou a subir para o patamar de 65,7%. Utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), não foi possível estabelecer uma padronização locacional do investimento dentro do estado de São Paulo, pois os mesmos setores que dão o dinamismo da capital estiveram presentes no interior, e, além disto, esta região apresentou uma estrutura industrial mais diversificada do que a área metropolitana do estado¹³.

De acordo com a metodologia adotada neste trabalho, foram consideradas cidades do interior aquelas que não se inseriam na RMSP delimitada pelo IBGE¹⁴. No total, 38 cidades foram beneficiadas, entretanto, um número muito significativo diz respeito a municípios geograficamente próximos à Grande São Paulo.

A seletividade dos investimentos é uma característica predominante tanto no território nacional quanto em unidades federativas isoladas. Em julho de 2005, por exemplo, o governo do estado de São Paulo anunciou a reserva de um orçamento de R\$ 11

¹³ No anexo 1 deste trabalho, consta uma listagem dos municípios do interior do estado de São Paulo que, segundo as notícias, receberam investimentos produtivos durante os anos pesquisados.

¹⁴ Segundo o IBGE, a RMSP é composta pelos seguintes municípios: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Cajamar, Caieiras, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itapeverica da Serra, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

milhões para viabilizar o projeto conhecido como Sistema Paulista de Parques Tecnológicos¹⁵, com o objetivo de criar um eixo de alta tecnologia em São Paulo. Apenas cinco municípios foram selecionados para fazerem parte deste empreendimento, são eles: Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e São José dos Campos, além da capital paulista¹⁶.

Além do potencial científico e do ambiente acadêmico que já possuem¹⁷, também foram levados em conta o aparato industrial já instalado e as especialidades tecnológicas de cada região. Em São José dos Campos, as competências caminham para o setor aeroespacial, ao lado da biomedicina e da logística. A instrumentação agropecuária, biotecnologia e mecânica fina passam por São Carlos. Em Ribeirão Preto, as inovações estão mais ligadas às áreas de saúde e biotecnologia, enquanto Campinas se mostra mais inclinada para as tecnologias da informação, assim como a capital paulista.

O que encontramos, portanto, foi um relativo processo de desconcentração do parque produtivo doméstico com agudas diferenças inter e intra-regionais (com exceção da região Sul) e uma intensificação da importância econômica da região Sudeste, em especial, do estado de São Paulo, onde o processo de interiorização da manufatura representa uma reorganização territorial das suas atividades produtivas e intensifica sua característica principal, a de motor de desenvolvimento econômico do país. Diante dessas informações, torna-se difícil corroborar a idéia apresentada por Diniz (1999, p. 1350) de que “o gigante populacional e econômico do país, a assim chamada ‘locomotiva brasileira’, começou a sentir fadiga nas últimas décadas”.

2.3.2 Distribuição Setorial dos Investimentos e a Manutenção dos Padrões de Localização Industrial

Utilizando-se da CNAE¹⁸ no processo de sistematização das notícias de jornal, foi possível identificar a quais setores os investimentos anunciados pertenciam e como eles foram repartidos entre as regiões e estados brasileiros.

¹⁵ Borges, André. “SP quer ser o Vale do Silício brasileiro”. Tecnologia & Telecomunicações. Valor Econômico Impresso. 26 de setembro de 2006.

¹⁶ De acordo com os coordenadores do projeto, um parque tecnológico tem que reunir fatores básicos em um mesmo ambiente, entre estes a instalação de empresas orientadas a nichos específicos de inovação, fortes instituições de ensino, área para moradia de funcionários e serviços comuns de bens de consumo. Além disso, o que se busca nestes pólos são “companhias âncoras” de grande porte, as quais orientarão as demais empresas a serem instaladas no local, gerando um ecossistema de inovação.

¹⁷ Dados da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo apontam que, em 2003, a capital paulista foi responsável pela formação de 2.141 PhDs; Campinas teve 771 pesquisadores; São Carlos, 310; Ribeirão Preto, 211; e São José, 60.

¹⁸ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), pioneira no movimento de padronização nacional, vem, desde a divulgação de sua versão original, em 1994, ampliando seu uso e adoção por órgãos

De imediato, percebe-se que o segmento que mais recebeu investimentos nestes três anos foi o de Alimentos e Bebidas, representando 20,8% da amostra. Em segundo lugar, Fabricação de Produtos Químicos com 16,8%, seguido de Metalurgia Básica e Fabricação de Veículos Automotores com 6,6% cada; Material Eletrônico e Aparelhos para Comunicação representaram 5,2%, enquanto Artigos de Borracha e Material Plástico, Produtos de Minerais Não-Metálicos e Máquinas e Equipamentos ficaram com 4,9% cada. A participação dos demais variou entre 3,2% e 0,6%.

Considera-se muito provável que o bom desempenho do setor de Alimentos e Bebidas esteja relacionado à expansão do mercado consumidor, como consequência do aumento da renda das classes mais baixas assistido depois da instauração do Plano Real, e pelo foco da política econômica em combater a inflação e reduzi-la a patamares cada vez mais baixos, dado os benefícios econômicos que isto pode ocasionar.

A “reprimarização” da pauta exportadora brasileira também pode ser identificada como uma das razões para esta boa colocação do setor de Alimentos e Bebidas, uma vez que a especialização do país em setores tradicionais e com baixo conteúdo tecnológico foi uma das características predominantes nos anos que se seguiram a abertura comercial, fenômeno identificado por Coutinho (1997) e Gonçalves (2001).

O resultado geral, para os três anos selecionados, em ordem decrescente, pode ser observado na próxima tabela:

responsáveis pela organização e produção de informações sob a ótica da atividade econômica. A CNAE constitui, atualmente, uma referência nacional para a produção de estatísticas sobre a atividade econômica, pelo IBGE e demais órgãos produtores de estatísticas, e para identificação da atividade econômica das pessoas jurídicas, nos cadastros e registros da Administração Pública.

Tabela 2.3 Distribuição Setorial dos Investimentos em Novas Unidades Produtivas

Código	Denominação	Participação (%)
15	Alimentos e Bebidas	20,8
24	Produtos Químicos	16,8
27	Metalurgia Básica	6,6
34	Fabricação e Montagem de Veículos Automóveis	6,6
32	Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	5,2
25	Artigos de Borracha e de Material Plástico	4,9
26	Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,9
29	Máquinas e Equipamentos	4,9
72	Atividades de Informática e Serviços Relacionados	3,2
28	Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipam.	2,9
30	Máquinas para Escritório e Equip. de Informática	2,9
31	Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2,9
36	Móveis e Indústrias Diversas	2,9
21	Celulose, Papel e Produtos de Papel	2,3
19	Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	1,7
35	Outros Equipamentos de Transporte	1,7
23	Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Prod. de Álcool	1,4
16	Produtos do Fumo	1,2
17	Produtos Têxteis	1,2
18	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1,2
20	Produtos da Madeira	1,2
73	Pesquisa e Desenvolvimento	1,2
33	Equip. de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,9
37	Reciclagem	0,6

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

No estudo que tem por objetivo analisar o perfil dos investimentos, faz-se necessário tratar da questão regional. Pacheco (1999) chama atenção para o fato de que existe um comportamento setorial distinto que pode ser assim sintetizado: uma desconcentração relativamente ampla para a indústria intensiva na utilização de mão-de-obra, uma desconcentração circunscrita aos estados do Sudeste e do Sul (desconcentração concentrada) para o complexo metal-mecânico e uma reconcentração nos segmentos de telefonia e informática em São Paulo. No caso da petroquímica e da siderurgia, o aumento da capacidade instalada deverá ocorrer nos parques industriais já existentes desde a segunda metade dos anos setenta (PACHECO, 1999); embora, neste caso, os parques periféricos do Rio Grande do Sul e da Bahia possuam um potencial de expansão superior.

A distribuição setorial dos investimentos anunciados por regiões¹⁹, tabela 2.4, permitiu verificar a continuidade do padrão de localização industrial trabalhado por Pacheco (1999). A análise dos resultados obtidos através da sistematização de 346 reportagens está presente nos próximos parágrafos.

Tabela 2.4 A Manutenção dos Padrões de Localização Industrial

Códigos	Setores	SE	S	NE	CO	N
15	Alimentos e Bebidas	21	18	9	21	3
24	Produtos Químicos	35	6	8	6	3
27	Metalurgia Básica	13	4	5	1	
34	Veículos Automotores	12	10			1
32	Material Eletrônico e de Comunicação	8	2	1		7
29	Máquinas e Equipamentos	10	5	1	1	
25	Artigos de Borracha e Plástico	7	3	7		
26	Minerais Não-Metálicos	7	4	6		
72	Atividades de Informática e Conexas	3	2		4	2
30	Máquinas p/ Escritório e Eq. de Informática	6	2			2
31	Máquinas, Aparelhos e Mat. Elétricos	6	2	2		
36	Móveis e Indústrias Diversas	3	3	3		1
28	Produtos de Metal - Exclusive Máq e Equip.	5	2		1	2
21	Papel e Celulose		5	3		
19	Couro e Calçados	2		3	1	
35	Outros Equipamentos de Transporte	4	2			
23	Coque, Refino de Petróleo e Álcool	4				1
16	Produtos do Fumo		4			
73	Pesquisa e Desenvolvimento	3	1			
18	Vestuário e Acessórios			4		
20	Produtos da Madeira		4			
17	Têxteis	2		1	1	
33	Instrum. de Precisão e Ópticos, Eq. Automaç.		1	2		
37	Reciclagem		1	1		
		151	81	56	36	22

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

A região Sudeste apresentou a maior e mais diversificada estrutura produtiva. Com um número significativo de investimentos, em relação às demais regiões brasileiras, 18 setores da CNAE foram beneficiados. As duas primeiras posições oscilaram entre Alimentos e Bebidas e Produtos Químicos, sendo seguidas por Metalúrgica Básica, Fabricação e Montagem de Veículos Automotores e Fabricação de Máquinas e Equipamentos. Encontrou-se um fato interessante que foi a equivalência com a região Centro-Oeste em termos de investimentos no setor de Alimentos e Bebidas. Ambas as regiões receberam 21 fábricas ligadas a este setor. A impressão que este resultado nos passa é de que a proximidade com a matéria-prima, em alguns casos, representa um fator

¹⁹ No anexo 2, consta a divisão inter e intra-regional dos investimentos anunciados em 2000, 2002 e 2004.

decisivo para a empresa. Muitas delas estão migrando para Centro-Oeste, mas o mercado consumidor da região Sudeste-Sul, principalmente o primeiro, continua sendo o motriz de todo o investimento.

O destaque da região Sudeste nestes três anos estudados foi a categoria Fabricação de Produtos Químicos, sendo tema de 35 reportagens sobre esta área no país. Trata-se de um setor muito complexo, pois envolve a maior quantidade de subsetores, e no caso do Sudeste isto fica ainda mais claro, por se tratar da região economicamente mais diversificada do país. Além disto, a distribuição espacial do complexo químico mostra que as indústrias de química fina (intensivas em tecnologia) continuam concentradas nas vizinhanças da cidade de São Paulo, onde dispõe de mão-de-obra treinada e quadros técnicos qualificados indispensáveis para a produção de substâncias químicas de rigorosa especificação. Do mesmo modo, os centros de gestão do segmento, sejam de empresas estatais ou privadas, estão centralizadas no eixo Rio-São Paulo (BECKER e EGLER, 1994).

Também foram encontrados registros de investimentos (seis casos) por parte da Indústria Química na região Centro-Oeste. Dada a importância do agronegócio para esta região²⁰, o desenvolvimento dos setores químicos ligados à agricultura - como os fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros - torna-se algo cada vez mais relevante.

Netz (2005)²¹ acredita que este dinamismo continuará no longo prazo, pois, tendo como base a riqueza e os recursos gerados pelo agronegócio, a região Centro-Oeste dá indícios de que está numa segunda onda de expansão da economia, baseada na industrialização, na inovação tecnológica e nos serviços. De certa forma, a diversificação representa uma ação preventiva diante das crises periódicas da agricultura²².

²⁰ A partir do início da década de 1970, a agricultura da região sofreu um impulso com a chegada de diversos agricultores, em grande parte minifundiários empobrecidos dos estados sulinos. Eles foram atraídos para o Centro-Oeste por causa de uma série de facilidades, como a concessão de terras e financiamento oficial. Embora a maioria desses migrantes levasse consigo, em termos materiais, pouco mais do que a roupa do corpo, eles carregavam um valioso capital: a experiência adquirida na atividade agrícola em seus estados de origem (Netz, Clayton. “A segunda onda chega ao cerrado”. Novo Mapa do Brasil. Pág. 1. O Estado de São Paulo. 20 de novembro de 2005).

²¹ Idem.

²² Dentro do próprio setor agrícola, também foram encontrados casos de diversificação. Onze projetos para construção de usinas de açúcar e álcool, com investimentos totais calculados em R\$ 720 milhões em dois anos, podem mudar o perfil do estado de Goiás – com tradição em grãos e pecuária – e abrir oportunidades para o estado também no exterior. As terras mais baratas que nas tradicionais regiões canavieiras do país, a logística que permite o escoamento da produção para os portos de Santos (SP) e Vitória (ES), além dos benefícios fiscais concedidos pelo estado, têm atraído tradicionais empresários paulistas e do Nordeste para Goiás, reunindo esforços para que esta região se torne a nova rota do setor sucroalcooleiro no Centro-Oeste do país (Scaramuzzo, Mônica. “Usinas planejam investir R\$ 720 milhões em goiás”. Agronegócios. Valor Econômico. 26 de julho de 2004).

O Pólo Petroquímico de Camaçari (BA) continuou desempenhando um papel muito atrativo para o setor químico ao longo dos anos 2000, 2002 e 2004. Dos oito investimentos feitos no Nordeste, cinco destinavam-se ao estado da Bahia, enquanto os outros três foram para Pernambuco. A categoria Fabricação de Produtos Químicos obteve importância secundária nos aportes feitos na região Nordeste, dado que em primeiro lugar ficou Alimentos e Bebidas (nove registros).

De acordo com as reportagens da Gazeta Mercantil e do Valor Econômico, a Bahia é a principal porta de entrada da região Nordeste. Foi o alvo de todos os investimentos (quatro casos) feitos no Brasil no segmento de Confeções de Artigos do Vestuário e Acessórios; na área de Produtos Têxteis, dividiu posição apenas com o Sudeste; já no segmento de Couro e Calçados foi a que mais recebeu investimentos (três casos), seguida pelo Sudeste (dois casos) e o Sul (um caso).

A região Nordeste detém o segundo maior pólo de produção de têxteis e confeções do país, superando Santa Catarina e ficando atrás apenas do líder São Paulo. O fenômeno se repete na área de calçados²³, pois o Ceará possui 65 fábricas ligadas à cadeia da produção de calçados que emprega de maneira direta 55 mil pessoas, e, do total de unidades em funcionamento no estado, apenas 27 são originárias do próprio Ceará. A Bahia, por sua vez, contou com 57 empresas em atividade e a Paraíba com 120 ligadas ao setor calçadista²⁴.

Vários fatores têm alavancado essa onda de investimentos em setores industriais na região Nordeste, os mais citados pelas reportagens são: incentivos fiscais²⁵, mão-de-

²³ Apesar da notícia ter sido publicada no ano de 2002, o porte dos investimentos descritos nas áreas de têxtil, confeções e calçados prova a importância capital do Nordeste para as grandes do setor. Neste ano, a Coteminas mantinha três fábricas no Rio Grande do Norte e outras três na Paraíba. A Santista, uma das três maiores de tecidos índigo do mundo, operava três fábricas na região. A Alpargatas produzia em Campina Grande as sandálias Havaianas, um dos ícones da moda mundial, e suas linhas de calçados esportivos Topper e Rainha saíam das fábricas de Natal (RN) e de Santa Rita (PB). A fábrica paraibana da tradicional Samello já exportava, em 2002, mais que a matriz localizada em Franca (SP) e das três unidades cearenses da Dakota Calçados, que empregava um total de 6.900 funcionários nesta região, saíam 65% do calçados exportados pela empresa (Neumann, Denise. “Ceará aumenta as exportações de calçados e ameaça posição de SP”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. Edição Nº 540. 1º de julho de 2002). Em 2005, a Azaléia já mantinha 23 de suas 28 plantas industriais entre a Paraíba e a Bahia, enquanto a Grendene concentrava 95% de sua produção no Ceará (Rios, Manuela. “Muito além da mulher rendeira”. Novo Mapa do Brasil. Pág. 10. O Estado de São Paulo. 23 de outubro de 2005).

²⁴ Emílio, Paulo. “Calçadistas investem no nordeste para exportar”. Empresas & Tecnologia. Valor Econômico. 22 de outubro de 2004.

²⁵ As isenções e reduções de tributos estaduais e federais têm um impacto determinante nas decisões de investimentos. Um exemplo a ser citado é o da Grendene: de 2001 a junho de 2004, esses benefícios responderam por 45% a 65% do seu lucro. Os números foram abertos pela própria empresa no prospecto preliminar da sua oferta pública de ações, que cumpre a função de dar subsídios ao investidor interessado em comprar os papéis (Adachi, Vanessa “Incentivo fiscal garante metade do lucro da Grendene”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. Edição Nº 540. 13 de setembro de 2004).

obra abundante e barata²⁶, além de outras facilidades, como a disposição de portos e aeroportos modernos.

Atrativos como estes levaram a aplicações também na indústria de Borracha e Plástico no Nordeste, conforme identificado na sistematização das notícias de jornais. Estes investimentos foram destinados para o estado de Pernambuco (cinco casos) e para a Bahia (dois casos). Não menos importante, são os aportes realizados em Metalurgia Básica (cinco casos) – distribuídos entre Bahia, Ceará e Maranhão - e na Indústria de Papel e Celulose (três casos), principalmente na Bahia. Com exceção do Nordeste, este último setor só esteve presente na região Sul; foram cinco investimentos muito bem distribuídos entre os três estados.

O setor industrial denominado Metalurgia Básica apresentou uma estrutura relativamente desconcentrada. Na região Sudeste esteve bem distribuído: São Paulo (quatro casos), Minas Gerais (cinco casos), Rio de Janeiro (três casos) e Espírito Santo (um caso). Já na região Sul, todos os quatro investimentos feitos tiveram como destino o estado de Santa Catarina.

Apesar do menor número de investimentos, a região Sul também apresenta uma estrutura industrial diversificada, assim como o Sudeste. Com exceção de Alimentos e Bebidas, a categoria Fabricação e Montagem de Veículos Automotores foi a mais utilizada nas classificações da região Sul - apareceu dez vezes nesta área do país, distribuído da seguinte maneira: Paraná (seis casos), Rio Grande do Sul (dois casos) e Santa Catarina (dois casos). Esta constatação nos permite ressaltar o dinamismo do pólo automotivo da região Metropolitana de Curitiba.

Com relação a este segmento, é importante esclarecer que nosso filtro não conseguiu capturar nenhum investimento nesta área de automotivos na região Nordeste. Baseando-se nas reportagens coletadas para os anos de 2000, 2002 e 2004, a estratégia *Follow Me*, utilizada quando o fabricante de veículos estimula o fornecedor de peças a se instalar próximo da linha de montagem, não foi detectada em nosso estudo no que diz respeito ao processo de instalação da Ford em Camaçari (BA), anunciado em 1999 e efetivado nos anos de 2000 e 2001.

²⁶ Os elevados índices de pobreza do Nordeste obrigam as empresas a proporcionar benefícios de toda a ordem a seus funcionários. Na Vicunha, o transporte gratuito praticamente zerou o absentéismo, que é elevado na região. Em cada um dos três turnos da fábrica, além do tradicional caldo de carne e de peixe, são oferecidas três refeições, mediante a contribuição simbólica de R\$ 1 por mês do funcionário. A Azaléia, por sua vez, serve alimentação para mais de oito mil pessoas consciente de que muitos funcionários só fazem suas refeições na fábrica para deixar mais comida em casa para a família (Rios, Manuela. “Treinamento de funcionários inicia no bê-á-bá”. Pág. 10. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 23 de outubro de 2005).

Segundo o Sindipeças, 73,5% das fábricas de componentes automotivos estão em território paulista, incluindo a capital, região metropolitana, interior e ABC. Informações como esta levam ao questionamento sobre o papel dos novos condomínios industriais e revelam que o setor de autopeças caminhou um percurso menor do que o das montadoras. Ao instalar os fornecedores ao redor das linhas de montagem, as montadoras resolveram parte do desafio logístico. Mas, o trabalho predominante nos condomínios se limita à montagem das peças, fabricadas ainda em São Paulo, na maior parte (SALGADO, 2004)²⁷. De acordo com este mesmo autor, os fabricantes de autopeças também não tiveram os mesmos incentivos fiscais das montadoras, o que representaria um estímulo para estarem próximos a essas empresas.

Por sua vez, a região Sudeste foi a líder de investimentos no segmento automotivo – com 12 registros, de um total de 23. Seis daqueles estiveram restritos a Minas Gerais, cinco a São Paulo, e um no Espírito Santo. O mesmo aconteceu com Outros Equipamentos de Transporte (código 35): quatro investimentos no Sudeste (São Paulo) e dois no Sul (Paraná). O eixo automobilístico do complexo continuou basicamente concentrado no Sudeste, entretanto novas plantas industriais foram instaladas em novas localizações que ofereciam mão-de-obra treinada e baixo nível de sindicalização (BECKER e EGLER, 1994).

No segmento de Material Eletrônico e de Equipamentos para Comunicações a disputa fica restrita e acirrada entre dois estados: São Paulo e Amazonas. Nestes três anos, São Paulo acolheu seis investimentos nesta área, enquanto que a Zona Franca de Manaus (ZFM) ficou com sete. Esta região, hoje, menos estigmatizada²⁸ e com força cada vez mais crescente para amedrontar São Paulo, consolidou seu pólo industrial que, entre empregos diretos e indiretos, segundo o IBGE e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), envolve 500 mil pessoas e 450 empresas. Em 2006, o marco histórico de 100 mil empregos diretos será atingido, o que representa o dobro do contingente empregado há apenas quatro anos²⁹.

²⁷ SALGADO, R. “Enxugamento no ABC muda perfil de São Bernardo”. Valor Econômico 23 de agosto de 2004.

²⁸ Críticas feitas à ZFM: 1) ela é resultado de um decreto-lei do regime militar. Foi, portanto, imposta à sociedade brasileira; 2) o pólo industrial é um sorvedouro de dinheiro público, pois a produção recebe subsídios; 3) as empresas realizam apenas operações básicas de montagem, sem agregar tecnologia; 4) o regime tributário diferenciado estabelece concorrência desleal com fabricantes de outras regiões do país, principalmente, aqueles instalados no estado de São Paulo; 5) muitas das empresas têm elevados índices de importação e apresentam déficit na balança comercial (Nucci, João Paulo. “A decolagem da Zona Franca”. Pág. 3 Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 2 de outubro de 2005)

²⁹ Não consta autor. “A última fronteira”. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 2 de outubro de 2005.

A Suframa desempenha um papel muito importante com relação à agregação de conhecimento no processo produtivo da região³⁰. Ela está trabalhando em um programa de capacitação em microeletrônica e nanotecnologia desenvolvido em conjunto com várias universidades brasileiras e liderado pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Estão sendo firmadas parcerias com instituições de pesquisas na Bélgica, Alemanha e na França para formação de pessoal de nível médio, superior e doutores. Até abril de 2005, foram formados 70 profissionais em nível de pós-graduação nas áreas de circuitos analógicos e circuitos integrados³¹.

O estudo também identificou o que já havia sido mencionado pela literatura: a fabricação de Máquinas e Equipamentos no Brasil fica na região Sudeste-Sul. Dos 17 investimentos, 15 ocorreram nesta área, sendo 10 no Sudeste (oito apenas no estado de São Paulo) e cinco no Sul.

O setor fumageiro apresentou intensa concentração: dos quatro investimentos registrados, três foram no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina. Outro exemplo de concentração está relacionado à Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool: foram quatro investimentos na região Sudeste e um no Amazonas; a fronteira energética e de recursos levou à implantação de bases de apoio, terminais e instalações de beneficiamento em vários pontos do litoral Sudeste, assim como no seu interior. Por sua vez, os Artigos e Borracha e Plásticos obtiveram o mesmo grau de importância no Sudeste e no Nordeste porque cada um deles acolheu sete unidades produtivas.

A região Sudeste concentrou, com ênfase no estado de São Paulo, a maior parte dos investimentos feitos nos demais setores descritos pela CNAE, principalmente Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática, e Máquinas e Aparelhos Elétricos – setores de maior valor agregado. O anúncio de estruturas físicas destinadas à Pesquisa e Desenvolvimento (código 73) ficou restrito a dois estados: São Paulo (três casos) e Paraná (um caso).

³⁰ No ano de 2003, a Siemens do Brasil inaugurou, em Manaus, um centro para desenvolvimento de softwares para celulares. A empresa pretende exportar o equivalente a mais de US\$ 80 milhões em softwares e serviços em cinco anos. Para isso, além dos recursos, a equipe de pesquisadores foi reforçada em mais 40 pessoas, totalizando 200 especialistas. Foram gerados 250 empregos diretos, que se somaram aos 500 já existentes, e 1 mil indiretos. (Fuoco, Taís. “Siemens decide triplicar a produção de celulares”. Empresas & Tecnologia. Valor Econômico. 2 de março de 2004).

³¹ Magalhães, Heloísa. “Manaus quer sediar fábrica de condutores”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. Edição Nº 1003. 5 de maio de 2004.

Os laboratórios de softwares, incluídos na categoria Atividades de Informática e Conexas, apresentaram uma relativa dispersão pelo país. A única região excluída dos investimentos nos anos pesquisados foi a nordestina.

Em síntese, o perfil dos investimentos anunciados confirma a tipologia setorial anunciada anteriormente. De forma geral, os setores intensivos em mão-de-obra tendem a se localizar nas regiões mais pobres, enquanto a região Sudeste-Sul mantém o peso elevado no “velho” complexo metal-mecânico-químico. O estado de São Paulo, por sua vez, ilustra um perfil regionalmente muito concentrado dos investimentos em atividades de concepção, inovação e naquelas indústrias tecnologicamente mais complexas.

2.3.3 Os Movimentos Espaciais Simultâneos e Contraditórios da Indústria Automobilística no Brasil

Após o Plano Real, a indústria automotiva passou por uma nova fase de investimentos e as montadoras se espalharam pelo território nacional: das 48 fábricas, 22 estão fora do estado de São Paulo. Regiões nas quais não se cogitava ver uma linha de montagem, há poucos anos, são, hoje, as que abrigam projetos modernos e planos de ampliações, voltados, sobretudo, para atender ao mercado externo. No plano geral, a indústria automobilística, depois de passar décadas concentrada no ABC, espalhou-se hoje em sete estados e vinte e oito municípios³².

Não há dúvidas de que a migração trouxe benefícios aos novos pólos e de que esta desconcentração trouxe mais equilíbrio para o país. Contudo, ainda não é possível fazer um balanço da guerra fiscal, que, foi um dos principais motrizes que levou a este movimento. Não houve planejamento nesse processo, e hoje é muito questionado se o custo da guerra fiscal compensou. Botelho (2002) enfatiza que a decisão de conferir incentivos com dinheiro público para gerar empregos parece ser cara e pouco eficiente, uma vez que o volume de empregos diretos e indiretos gerados pelas empresas do setor automobilístico em sua expansão no mercado brasileiro foi muito baixo.

Neste contexto, algumas observações devem ser feitas com relação à mão-de-obra. Por mais que o setor empresarial não atribua ao sindicalismo grande poder de repulsão das áreas de industrialização mais antiga, é inegável que as regiões escolhidas para os novos investimentos contêm pequena tradição sindical, o que revelou, de um lado, uma contradição entre o discurso dos representantes das empresas, que elogiam a

³² Olmos, Marli. “Descentralização das montadoras beneficia 28 cidades”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

cooperação do sindicalismo para a reestruturação da organização da produção nas regiões das fábricas mais antigas, e a ação efetiva da mesma, instalando novas fábricas em lugares distantes da atuação sindical (BOTELHO, 2002).

Os salários também apresentaram forte poder de influência sobre as decisões de investimento. Com base nas informações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a desconcentração da indústria automobilística trouxe diferenças salariais que chegam a 52%. Outro estudo, agora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mostra que um metalúrgico do Paraná ganha 43,7% menos que o funcionário (no mesmo cargo) de São Paulo. No Rio Grande do Sul, o ordenado é 42,5% menor e em Minas Gerais 39,5%³³.

Conforme discutido acima, todo este movimento não influenciou a capacidade do Sudeste para receber investimentos do setor, e uma das principais razões para tamanha atratividade é o potencial do seu mercado consumidor. De acordo com os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo realizaram 53,5% do total de licenciamentos dos 1,2 milhão de automóveis realizados no Brasil em 2004³⁴.

O movimento espacial da indústria automobilística brasileira apresentou características centrífugas ao desconcentrar uma quantidade significativa das linhas de montagem, e de seus respectivos fornecedores, para regiões como São José dos Pinhais (PR), Gravataí (RS), Betim (MG), Juiz de Fora (MG) e Camaçari (BA); mas também apresentou características centrípetas ao reconcentrar grande parte das atividades na RMSP, caso do segmento de autopeças e outros com relativo grau de complexidade. Uma das razões para este último movimento seria o objetivo das empresas em atingir seu mercado-alvo tradicional, ou seja, a região Sudeste-Sul³⁵.

2.3.4 A Participação do Setor Terciário na RMSP

O processo de desconcentração e diversificação industrial foi acompanhado por uma mudança notável na composição interna da principal área econômica do país, a RMSP. O que já havia sido apontado pela literatura foi, de fato, encontrado nas notícias

³³ Olmos, Marli. “Descentralização das montadoras beneficia 28 cidades”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

³⁴ Lojudice, Marcelo. “Mercado segura montadoras”. Pág 9. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 11 de dezembro de 2005.

³⁵ No anexo 4 deste trabalho, há um detalhamento de como este processo de desconcentração automotiva ocorreu e quais foram as conseqüências para as cidades, localizadas fora do ABC paulista, que acolheram as novas montadoras.

relacionadas ao tema: a indústria perdeu participação na formação do PIB regional em favor de um aumento expressivo da presença do setor terciário – comércio, finanças e serviços – superior a 50%³⁶.

Um caso bastante ilustrativo é o resultado da pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)³⁷, realizada no ano de 2001: pela primeira vez, os recursos de empresas privadas destinados ao setor de serviços do estado de São Paulo superaram os que são alocados na indústria. Essa mudança no perfil do investimento é mais intensa na RMS, e esse movimento estaria ocorrendo por três motivos principais, segundo a Fundação: sucessivas crises conjunturais, modernização das empresas e terceirização de serviços como limpeza e manutenção.

Não foi difícil encontrar reportagens que enfatizassem a predominância do setor terciário na Grande São Paulo, e, baseando-se nestas notícias, pode-se dizer que São Paulo está se transformando numa referência na América Latina na prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, tecnologia e informática; além disto, há uma expectativa de que o setor financeiro mais sofisticado deva permanecer concentrado na região por longos anos. Hoje, São Paulo é a sede de praticamente todas as instituições financeiras do país – com exceção das de âmbito regional, que mesmo assim mantêm filiais na cidade. A presença da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) torna clara a profusão de bancos, corretoras e financeiras no município³⁸.

A crescente participação do setor de serviços na economia paulistana é inegável, todavia, ainda não é possível descrever um processo de desindustrialização para a área, uma vez que a mesma continua desempenhando um forte poder de atratividade sobre os investimentos em novas unidades fabris, conforme informações trabalhadas no item 2.3.1 deste capítulo. O que se verifica no estado de São Paulo, portanto, é um equilíbrio entre o setor agrícola (que detém maior participação no interior), industrial e terciário (ambos no entorno da capital paulista).

³⁶ Clayton Netz. “O Sudeste dita o ritmo”. Pág. 1. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 11 de dezembro de 2005.

³⁷ Salgado, Raquel. “Serviços criam e indústria elimina emprego na cidade de São Paulo”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. 20 de agosto de 2004.

³⁸ Karla Terra. “O inexorável avanço dos serviços”. Pág. 2. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 11 de dezembro de 2005.

2.3.5 Fatores de Atração que Justificaram a Localização dos Investimentos

Não foram todas as reportagens que permitiram identificar, no mínimo, uma justificativa para a localização do investimento. Para se ter uma idéia, 163 notícias possibilitaram este tipo de análise do total de 346. Dessas 163, apenas 49 evidenciavam duas justificativas para o investimento, o que resultou na frequência de 212 (considerando as 98 reportagens que permitiram duas classificações e as 114 que ficaram restritas a apenas uma definição).

Baseando-se em 668 reportagens, foram estabelecidas seis categorias de classificação que possibilitaram a análise dos fatores de atração considerados pelas empresas no momento de investir em determinada região. Listados por ordem (decrecente) de frequência, a tabela 2.5 apresenta os principais fatores que contribuíram para a reorganização espacial da indústria.

Tabela 2.5 Elementos que Impulsionam o Movimento Espacial da Indústria

Fatores de Atração	Frequência
Mercado Consumidor	65
Economias de Aglomeração	52
Incentivo Fiscal	43
Infra-Estrutura	26
Matéria-Prima	18
Mão-de-Obra	8
Total	212

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

Conforme explicitado na tabela 2.5, o mercado consumidor foi considerado o principal responsável pela dinâmica espacial da indústria no país. Este resultado pode estar relacionado à necessidade das unidades produtivas de determinados setores estarem próximas do principal mercado consumidor do país, ou seja, a região Sudeste-Sul, que, juntas, receberam 67% das instalações de fábricas anunciadas/efetivadas nos anos de 2000, 2002 e 2004, conforme verificamos no item 2.3.1 deste capítulo.

Sobre este quesito, o potencial do mercado consumidor nordestino não pode ser descartado, uma vez que nesta área residem aproximadamente 50 milhões de pessoas que se beneficiam, cada vez mais, da chegada de empresas do Sul e do Sudeste que deram origem ao segundo maior pólo de produção de tecidos, confecções e calçados do Brasil. Da mesma forma, consolidou-se um pólo petroquímico vigoroso, e está sendo formado outro na área de celulose no Sul da Bahia; além disto, assiste-se à descoberta pelos grandes

investidores de áreas promissoras que envolvem a indústria automobilística e seus fornecedores. Diante destas informações, há indícios de que os graves aspectos sócio-econômicos, vigentes nos períodos anteriores, podem começar a serem revertidos. No lugar das tradicionais frentes de trabalho, criadas no passado para abrandar os efeitos da miséria, estão surgindo frentes de negócios nos mais diferentes setores de atividade³⁹.

A segunda classificação mais utilizada - 'economias de aglomeração' - faz referência à instalação de uma unidade produtiva onde a empresa já possui fábrica(s), muitas vezes, originando/aumentando um complexo industrial. Nestas situações, o objetivo era criar, ou, até mesmo, aumentar o grau de sinergia entre as suas unidades produtivas. Esta categoria também foi utilizada naqueles casos em que a empresa pretendia se beneficiar das externalidades positivas que são geradas por meio da aglomeração de fábricas do mesmo setor numa determinada região, não necessariamente pertencentes a ela.

O fato de o incentivo fiscal ter sido o terceiro colocado no estudo desses três anos é muito coerente com o que se encontra no contexto atual. Diante da ausência de uma política de desenvolvimento regional, oferecer benefícios fiscais tornou-se prática muito utilizada pelos governos estaduais e municipais que visam atrair fábricas para seus respectivos territórios⁴⁰. Este é um poderoso mecanismo de politicagem, pois os resultados positivos desta prática, como, por exemplo, a criação de milhares de empregos em alguns casos, proporciona o *status* de benfeitor aquele que foi o responsável pela chegada da unidade produtiva na área.

A questão torna-se mais problemática quando relacionada a aspectos sócio-econômicos: ao subsidiar impostos, menos dinheiro é arrecadado pelos cofres públicos, reduzindo, no médio e longo prazo, o orçamento destinado à saúde, educação e infraestrutura. Portanto, agravam-se as deficiências da região, mesmo levando-se em consideração a importância do efeito multiplicador da renda, uma vez que, agora, mais pessoas estão trabalhando (VARSAÑO, 1997).

³⁹ Não consta autor. "Na rota dos investimentos". Especial Novo Mapa do Brasil. Pág. 1. O Estado de São Paulo, 23 de outubro de 2005.

⁴⁰ Segundo Azzoni (2004), esta prática de concessão de benefícios deve ser utilizada quando realmente for necessária, tendo em vista que muitas empresas utilizam-se de artimanhas para consegui-los. É de praxe, por parte das empresas, encomendar elaboração e análises de projetos de fábricas à consultorias especializadas que ficam encarregadas de especificar qual é a cidade ideal para acolher aquele investimento. Em posse destas informações, elas dão início a um aparente "leilão", e a última cidade a receber a proposta é aquela que já estava assinalada nos planos da empresa. A intenção é mostrar para o governo desta região que o porte do investimento a ser realizado já é reconhecido por muitos e que está sendo alvo de disputas calorosas, e, o mais importante, questionar o que ele tem a oferecer para que o empreendimento se efetive nesta área. Fica o questionamento sobre o fato de que, se nenhum benefício fosse concedido, será que a empresa optaria por outro lugar? (AZZONI, 2004)

Outro propulsor do movimento espacial da indústria no país, identificado por meio das notícias, foi a infra-estrutura, que esteve relativamente bem posicionada, ficando em quarto lugar na média dos três anos. Além da sua definição tradicional que inclui transportes, energia e telecomunicações, foi possível somar três fatores de atração ligados à infra-estrutura e que são considerados pelos investidores quando estes devem optar por determinada região. São eles: facilidade de logística e de acesso ao mercado consumidor que a empresa pretende atender; a proximidade com portos beneficia as fábricas que fazem das atividades de exportação e/ou importação um dos seus pilares; dependendo do setor, a presença de universidades na região também é fundamental, pois garante o fornecimento de mão-de-obra qualificada, capaz de atender os requisitos da empresa.

A matéria-prima, assim como a mão-de-obra, desempenharam um papel pouco relevante na atração de investimentos nos anos 2000, 2002 e 2004. Em determinados casos, estar mais perto do mercado consumidor pode ser mais interessante do que a proximidade com a matéria-prima, dando a esta um papel secundário. Entretanto, quando analisamos o setor de Alimentos e Bebidas no item 2.3.2 (deste capítulo) verificamos que a região Centro-Oeste recebeu exatamente a mesma quantidade de investimentos que a região Sudeste, o que nos permitiria concluir o contrário, ou seja, que estar próximo do mercado consumidor-alvo já não é considerado um elemento tão atrativo para as empresas, até mesmo para aquelas que pertencem ao segmento tradicional⁴¹.

Para os setores tradicionais, o custo com mão-de-obra e a oferta de trabalhadores é um fator de grande influência sobre as decisões de investimentos, porém, isto não ficou evidente nos resultados encontrados, uma vez que este elemento obteve um desempenho pífio e esteve presente em apenas oito notícias.

Atualmente, não há dúvidas com relação ao poder de atratividade desempenhado pela mão-de-obra, entretanto, o fato da região não ofertar trabalhadores treinados para a produção já não é visto como um empecilho para as empresas, considerando a dispersão do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). As parcerias firmadas entre o

⁴¹ Deve-se admitir que foi extremamente reduzida a quantidade de notícias que descreviam o complexo processo que envolve a escolha por uma região do país e os fatores que são levados em consideração. Esta omissão de informações muito relevantes, que, de certa forma, beneficia as empresas, prejudica nossa análise e o desenvolvimento do trabalho. Por trás da banalização dos termos 'mercado consumidor' e 'incentivos fiscais', acredita-se que muitos itens poderiam ter sido explorados. Algumas reportagens chegavam a se contradizer: de início, por exemplo, enfatizavam a potencialidade do mercado consumidor nordestino e terminavam falando sobre a importância de se obter custos reduzidos nesta região para que seus produtos sejam cada vez mais competitivos, em termos de custos, no exterior. Produzir no Nordeste para exportar, ou para atender a demanda da região Sudeste-Sul do país são os objetivos, muitas vezes ocultos, das empresas que migram para lá - caso da indústria de calçados, confecções e têxteis.

SENAI e as empresas buscam promover a educação profissional e tecnológica dos funcionários locais, para que eles possam trabalhar no processo produtivo das novas (e antigas) instalações acolhidas por determinada região. Pode-se dizer que a desconcentração da indústria nacional foi concomitante à dispersão das atividades da Rede SENAI - formada por 713 unidades operacionais distribuídas por todos os estados brasileiros, onde são oferecidos mais de 1.800 programas de educação profissional⁴².

Se levarmos em consideração o fato de que atualmente existem fatores que desempenham um poder de atração muito maior sobre os investimentos - por exemplo, os incentivos fiscais - o resultado obtido com relação à mão-de-obra não está de todo perdido, apesar de todos os problemas que podem advir ao se basear a pesquisa em reportagens de jornal.

2.3.6 Os Movimentos Espaciais da Indústria Nacional: Concentração, Desconcentração e Descentralização

Para o desenvolvimento deste item, retomaremos os conceitos apresentados no item 1.4, onde foram feitas considerações sobre o processo de dispersão da indústria doméstica baseadas no argumento de Lencioni (2003), que diferencia os termos desconcentração e descentralização. Segundo a pesquisadora, é um erro dizer que há descentralização industrial no Brasil por dois motivos: primeiro, a RMSP, cada vez mais, reafirma a sua importância concentrando as atividades de gestão do capital e, segundo, não houve a criação de um segundo centro econômico no país.

Com intuito de expandir o conceito de descentralização apresentado por Lencioni (2003), consideraremos neste caso, não só a migração de atividades relacionadas à gestão do capital⁴³, mas também a migração de atividades “nobres” e importantes da empresa, por exemplo, laboratórios de P&D que ocasionem no surgimento de um grupo local relevante.

Desta forma, construiu-se uma tipologia que incluiu três tipos de movimentos:

- a) **Concentração:** instalação de unidades produtivas na RMSP ou na RMRJ
- b) **Desconcentração:** instalação de fábricas fora da RMSP e da RMRJ
- c) **Descentralização:** instalação de atividades importantes da empresa, como laboratórios de P&D, fora da RMSP.

⁴² <http://www.senai.br/br/home/index.aspx>

⁴³ Por escassez de informações das reportagens, não foi possível trabalhar com a contabilização e análise espacial das sedes das empresas instaladas no Brasil. O estudo da descentralização ficou, portanto, restrito ao conceito de migração de outras atividades importantes da empresa, e não a “simples” gerência dos negócios.

Os resultados obtidos, num total de 346 notícias, estão explicitados na tabela abaixo.

Tabela 2.6 Categorização dos Movimentos Espaciais da Indústria Brasileira

Movimentos	Frequência Anual		
	2000	2002	2004
Concentração	7	16	15
RMSP	6	14	12
RMRJ	1	2	3
Desconcentração	103	90	85
Novo Investimento	74	72	52
Investimento Adicional	21	13	24
Transferência Integral	4	5	7
Transferência Parcial	4		2
Descentralização	7	12	11
Evidências	7	11	9
Indícios		1	2
Total	117	118	111

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

Conforme explicitado, o movimento de concentração das atividades produtivas na RMSP e na RMRJ, apesar de ser um processo crescente com relação ao ano de 2000, mostrou baixa intensidade no período analisado. As 38 notícias que caracterizaram este movimento espacial da indústria possibilitaram o exame da composição setorial dos investimentos feitos nas áreas metropolitanas. Foram encontrados 11 setores com características concentradoras, e, a maior parte deles, considerados segmentos de alta densidade tecnológica.

Neste caso, o complexo químico foi, sem dúvida, o que obteve maior participação dentre todos os ramos industriais⁴⁴ em virtude da forte atração que a RMSP desempenha sobre as atividades de química fina, como por exemplo, o segmento que inclui a indústria farmacêutica. A participação dos demais códigos da CNAE foi baixa, porém, incluiu uma diversidade de ramos industriais.

⁴⁴ Com o intuito de averiguar se há divergências intrasetoriais (baseando-se na CNAE de três dígitos), no anexo 4 deste trabalho, há um detalhamento maior deste ramo industrial.

Tabela 2.7 Panorama Setorial da Concentração Industrial

Códigos	Denominação	RMSP	RMRJ
24	Produtos Químicos	12	4
25	Artigos de Borracha e de Material Plástico	3	
27	Metalurgia Básica	3	
30	Máquinas para Escritório e Equip. de Informática	3	
29	Máquinas e Equipamentos	2	
32	Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de	2	1
72	Atividades de Informática e Serviços Relacionados	2	
73	Pesquisa e Desenvolvimento	2	
15	Alimentos e Bebidas	1	1
26	Produtos de Minerais Não-Metálicos	1	
34	Fabricação e Montagem de Veículos Automóveis	1	
	Total	32	6

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

A desconcentração do parque produtivo nacional, identificada em 278 reportagens, é uma das razões para esta baixa concentração espacial dos investimentos. O crescente poder de atratividade de outras regiões do país fez com que as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro ocupassem um papel secundário nos investimentos anunciados, mesmo considerando a importância econômica e a alta densidade tecnológica dos setores que estas regiões abrigam.

Dada a dimensão dessa categoria 'Desconcentração', foi necessário criar quatro subdivisões para que não ocorresse perda de informações; dentre as subcategorias, destaca-se a mais importante (devido à frequência com que apareceu): Novo Investimento. Este fenômeno faz referência à instalação de uma fábrica num local onde não havia outra unidade da empresa e, justamente, por esta razão, a quantidade de notícias divulgadas é maior quando comparada aos investimentos que visam complementar capacidade produtiva numa região onde a empresa já se faz presente.

Por sua vez, o subgrupo Investimento Adicional está intimamente relacionado à idéia de Economias de Aglomeração, ou seja, quando a empresa decide aumentar o grau de sinergia entre as suas unidades através da proximidade geográfica entre elas. De acordo com os resultados, esta foi a segunda prática mais utilizada, pois as empresas privilegiaram regiões antes inexploradas, o que intensifica o processo de desconcentração industrial do país.

Transferências Integral e Parcial totalizaram 22 casos, e apenas oito deles representaram saída do estado de São Paulo para outras áreas. As 14 transferências restantes se limitaram ao interior do território paulista (interior-capital) e às demais regiões do país (exceto São Paulo), neste último caso, num grau bem variado de deslocamento,

incluindo diversos estados e regiões. Situações como estas foram importantes para evidenciar que, praticamente, não houve sucateamento de plantas na RMSP, uma vez que a idéia de Transferência Integral de unidades produtivas pressupunha, no âmbito deste trabalho, dois movimentos simultâneos: fechamento da unidade anterior e a construção de uma nova unidade fabril em outro lugar⁴⁵. O que encontramos foi expansão da capacidade produtiva com a instalação de mais uma unidade, mesmo que em outra região do país.

Apesar da sua importância, o fenômeno Descentralização⁴⁶, subdividido em Evidências e Indícios, foi o que menos apareceu. Estritamente relacionada à idéia de dispersão das atividades “nobres” da empresa, a subcategoria ‘Evidências’ foi utilizada quando a notícia explicitava claros sinais de que o investimento em estruturas físicas para P&D seria concretizado. Diferentemente da subcategoria ‘Indícios’, que está fortemente relacionada às incertezas sobre a maturação de um investimento nesta mesma área. Para os anos 2000, 2002 e 2004, apenas 30 notícias se encaixaram no conceito de Descentralização, representando, aproximadamente 9% da amostra total de 346 notícias, conforme ilustrado na tabela 2.6.

Os setores que apresentaram Evidências e Indícios de Descentralização estão apresentados na tabela 2.8.

Tabela 2.8 Panorama Setorial da Descentralização Industrial

Códigos	Denominação	Evidências	Indícios
72	Atividades de Informática e Serviços Relacionados	8	
24	Produtos Químicos	7	
32	Mat. Eletrôn. e de Aparelhos e Eq. de Comunicações	5	
30	Máquinas para Escritório e Equip. de Informática	2	
28	Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipam.	1	
29	Máquinas e Equipamentos	1	
33	Equip. de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	1	2
34	Fabricação e Montagem de Veículos Automóveis	1	
73	Pesquisa e Desenvolvimento	1	1
Total		27	3

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

⁴⁵ Com a intenção de ficar próxima ao seu principal mercado consumidor e facilitar a logística, a transferência da fábrica de celulares da Samsung de Manaus para Campinas, em 2004, foi o único caso encontrado de retorno à área paulista.

⁴⁶ Dentro da categoria Descentralização abriu-se uma exceção somente ao setor Fabricação de Produtos Farmacêuticos, pelos motivos que serão apresentados a seguir; nos demais casos, o fenômeno Descentralização está estritamente relacionado à construção de laboratórios e de estruturas físicas para P&D. Até então, fortemente, concentrada na RMSP - dada a sua necessidade de mão-de-obra qualificada e proximidade com universidades - a dispersão da indústria farmacêutica, com instalações de unidades fabris em outras regiões do país, foi considerada como extremamente relevante, devido à possibilidade de gerar externalidades mais do que positivas em outras áreas do território nacional.

Considerando-se a frequência com que apareceram, foi perceptível que os laboratórios de software (incluídos no código 72) adquiriram uma importância crescente ao longo do período analisado⁴⁷; no âmbito desta pesquisa, eles foram classificados como Descentralização quando a construção das estruturas físicas ocorria fora da RMSP e da RMRJ.

A indústria química e o segmento de material eletrônico e de comunicação obtiveram uma participação relativamente significativa na categoria. É importante ressaltar que as sete evidências de Descentralização encontradas para o primeiro setor estão relacionadas somente à indústria farmacêutica (código 24.5 da CNAE).

Os resultados obtidos chamam a atenção para um movimento contraditório que a sistematização das notícias apontou: os setores que se descentralizaram são alguns daqueles de maior complexidade tecnológica apontados pela literatura como segmentos que tendem a se reconcentrar, cada vez mais, na capital paulista. Na amostra de reportagens trabalhadas, dos nove setores que apresentaram evidências e indícios de descentralização, sete também estavam presentes no movimento oposto, ou seja, o de concentração nas principais regiões metropolitanas, e, neste caso, onze segmentos apresentaram características concentradoras.

No início da pesquisa (baseando-se na literatura pertinente ao tema) a expectativa era de que os setores mais intensivos em tecnologia apresentariam clara tendência concentradora, enquanto os setores menos intensivos em tecnologia predominariam na categoria Descentralização. Entretanto, excluindo-se algumas poucas diferenças, os setores que se concentraram e se descentralizaram foram os mesmos.

Pode-se inferir, portanto, que a desconcentração de unidades fabris no território nacional representa um movimento muito mais intenso e, espacialmente, mais amplo do que a desconcentração de atividades importantes da empresa, denominada no âmbito deste

⁴⁷ Sobre a localização deste setor, alguns exemplos podem ser citados, como o Porto Digital de Recife (PE), que possui 100 empresas de tecnologia. Ao lado de companhias brasileiras, as gigantes mundiais do segmento começam a instalar laboratórios na cidade, como a Samsung, LG, IBM, Sun, Nokia, Motorola e Meantime (Ângela Lacerda, “O velho porto agora é digital”, O Novo Mapa do Brasil, 23 de outubro de 2005). Fora da Região Sudeste-Sul, Brasília é outra cidade que se destaca por possuir um parque tecnológico; há cerca de 1.024 companhias da área de tecnologia da informação registradas na Junta Comercial de Brasília e que estão em plena atividade, juntas, elas oferecem mais de 30 mil empregos diretos (Ricardo Galuppo. “Capital do software, Brasília almeja o mercado global”. O Novo Mapa do Brasil. 20 de novembro de 2005). Por sua vez, Santa Rita do Sapucaí é tida como o maior pólo tecnológico de Minas Gerais; com 35 mil habitantes, a cidade concentra cerca de 130 empresas de tecnologia. A maior delas é a Phihong-FIC, fornecedora de equipamentos de energia para telecomunicações, como fontes, carregadores e baterias de celulares (Renato Cruz. “Sob as bênçãos de Santa Rita, o vale da eletrônica”. O Novo Mapa do Brasil. 11 de dezembro de 2005).

trabalho como descentralização⁴⁸. Ao expandir o conceito de Lencioni (2003), verificamos a tênue existência de um processo descentralizador, resultado oposto ao que foi obtido pela autora quando a mesma restringe o conceito à idéia de gestão do capital⁴⁹.

2.3.7 A Reestruturação da Indústria Brasileira a partir das Estratégias Adotadas pelas Empresas

A utilização de reportagens de jornal revelou-se uma fonte muito rica de informações e uma ferramenta de pesquisa bastante promissora. Ao sistematizar o conteúdo das notícias, foi possível explorar diversos temas sob diferentes ângulos, um deles será trabalhado neste item que trata da reestruturação do parque produtivo nacional com base no estudo do perfil dos investimentos que foram anunciados nos anos 2000, 2002 e 2004.

Para o desenvolvimento desta seção, todos os anúncios de novas unidades fabris foram selecionados e classificados de acordo com o seguinte questionamento: a intenção de investir em mais uma unidade industrial traz implícita qual estratégia da empresa? A resposta para esta pergunta obedeceu a uma padronização já utilizada nas atividades de coleta de reportagens do GEEIN e, por esta razão, o seu enquadramento nas 21 classificações (ou fenômenos), já apresentadas no início deste capítulo, era imprescindível. Entretanto, deste total, apenas 12 fenômenos estiveram presentes na classificação das 346 notícias.

⁴⁸ Grosso modo, descentralizar é desconcentrar atividades “nobres” da empresa e desconcentrar não é necessariamente descentralizar.

⁴⁹ Alguns exemplos de descentralização, que não foram incluídos na sistematização das notícias por não estarem relacionados à instalação de unidades fabris, podem ser citados: o Centro-Oeste, por exemplo, possui oito dos quarenta centros de pesquisa da Embrapa e a maior parte dos 207 mil empregos que foram criados em consequência das tecnologias desenvolvidas em seus laboratórios. Por causa dos elevados investimentos no setor agrícola, é nesta região que o resultado do trabalho da Embrapa é mais visível (Ricardo Galuppo. “Embrapa criou solo onde tudo dá”. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 20 de novembro de 2005). Na área de saúde, ganha destaque o pólo farmacêutico instalado em Anápolis (GO). Composto por 23 empresas e desenvolvido à base de uma vigorosa política de incentivos fiscais, já é o terceiro maior do país – atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. O potencial do mercado brasileiro de medicamentos genéricos explica boa parte da expansão (Manuela Rios. “Genéricos dão o tom na economia de Anápolis”. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 20 de novembro de 2005).

Tabela 2.9 Estratégias Empresariais Identificadas na Instalação das Novas Unidades Produtivas

Fenômenos	SE	S	NE	CO	N	Total
Expansão da Capacidade Produtiva	87	50	46	28	11	222
Promoção de Exportações	55	38	18	13	5	129
Internacionalização	21	6	4	1	4	36
(Estruturas Físicas para) Inovação	16	6	1	5	2	30
Diversificação	13	5	2	4	3	27
Reestruturação Organizacional	11	6	4		1	22
Substituição de Importações	11	2	2			15
Divisão de Funções e Atividades	5	5	1			11
Preocupação Ambiental	1	1	1			3
Modernização da Produção	1			1		2
Parceria	1	1				2
Joint Venture	1					1
Total						500

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

De uma forma geral, e independente da estratégia adotada por cada empresa, as reportagens evidenciaram que a grande maioria das novas fábricas era constituída por processos produtivos que visavam aumentar a produtividade e a qualidade do bem final, o que nos passou a certeza de que a necessidade de modernização do parque produtivo nacional predominou nos planos das grandes empresas instaladas no Brasil, considerando que elas estiveram mais presentes na amostra.

O interesse em aumentar a participação no mercado consumidor interno - que apresentava sintomas de crescimento -, via Expansão da Capacidade Produtiva, foi o fenômeno mais utilizado, e representou o momento ideal para que a empresa construísse unidades produtivas que também correspondessem ao padrão de qualidade e de modernização exigidos no mercado internacional. A efetivação destes planos fez com que as empresas ganhassem forças para enfrentar os concorrentes externos que chegavam, ou que intensificavam sua atuação no Brasil, depois da abertura comercial.

Por razões como esta, a Promoção de Exportações, que é outra forma de aumentar a participação no mercado consumidor, apareceu como o segundo fenômeno mais utilizado. De acordo com as notícias, atender o mercado interno e externo eram os fatores decisivos para o investimento a ser realizado. A importância crescente dos países localizados na América do Sul para as unidades que pretendiam exportar não pôde passar despercebida no estudo, uma vez que este mercado consumidor foi apontado como alvo por um número considerável de notícias que ressaltavam a Promoção de Exportações.

A Internacionalização, por sua vez, é entendida, neste trabalho, como a chegada de uma empresa estrangeira no país através da instalação da sua primeira unidade produtiva. Dada a frequência com que apareceu nestes três anos de estudo, ela está entre as classificações mais utilizadas. Foi perceptível que as empresas que vêm para o país escolhem mercados mais desenvolvidos, com renda per capita mais alta e boa infraestrutura, caso da região Sudeste. Mais especificamente, o capital internacional entra no Brasil, principalmente, via São Paulo, ainda considerado o maior centro econômico nacional; e não apenas a cidade, como regiões fortes do interior. Este estado apareceu 12 vezes, Minas Gerais seis e o Rio de Janeiro três, de um total de 36 notícias sobre Internacionalização.

A instalação de laboratórios de P&D, que caracterizaram o fenômeno Inovação, e o fenômeno da Diversificação revezaram suas posições (entre terceiro e quinto lugares) nos anos de 2002 e 2004. Ambos atingiram uma posição intermediária entre os fenômenos mais, ou menos, utilizados, mas, independente da frequência com que apareceram, é muito importante contextualizá-los na realidade do parque produtivo nacional, onde ganha destaque as frágeis estruturas de apoio à C&T, tanto no âmbito da empresa quanto no das instituições. Sendo assim, é importante considerar o impacto para o Brasil da instalação de centros de P&D e laboratórios de softwares dentro do seu território, mesmo em quantidades reduzidas. Isto também é válido para o fenômeno da Diversificação, que proporciona um salto qualitativo na estrutura das firmas que implementam esta política. Aumenta-se o leque de opções de investimento para a empresa e o conhecimento cumulativo (a técnica utilizada na fabricação de um determinado produto, também pode servir para outro), dentre outros benefícios.

Baseando-se nas reportagens do Valor Econômico, pode-se dizer que, nestes três anos, os centros de P&D das empresas instaladas no Brasil se localizaram principalmente na região Sudeste-Sul.

Tabela 2.10 Localização e Perfil Setorial dos Laboratórios de P&D

Código	Denominação	Cidade	Estado	Região	2000	2002	2004
16	Produtos do Fumo	Cachoeirinha	RS	S			1
24	Produtos Químicos	Cotia	SP	SE		1	
		Embu	SP	SE			1
		Ribeirão Preto	SP	SE	1		
28	Produtos de Metal	Pindamonhangaba	SP	SE	1		
29	Máquinas e Equipamentos	Canoas	RS	S	1		
30	Máq. Escritório e Eq. Informát.	Bauru	SP	SE		1	
32	Mat. Eletrôn. e de Comunicaç	Fortaleza	CE	NE	1		
		Indaiatuba	SP	SE	1		
		Jaguariúna	SP	SE			1
32; 72	Mat. Eletrôn. e de Comunicaç; Ativid. de Informát. e Conexas	Manaus	AM	N	1		2
34	Veículos Automotores	Campo Largo	PR	S			1
72	Ativid. de Informát. e Conexas	Não definido	RS	S			1
		Petrópolis	RJ	SE		1	
		Curitiba	PR	S		1	
		Brasília	GO	CO		4	
73	P&D	Araucária	PR	S			1
73; 30; 32	P&D; Máq. p/ Escritório e Eq de Informática; Mat. Eletrôn. e de Comunicação;	Campinas	SP	SE		2	1
73; 72; 30	P&D; Ativid. de Informát. e Conexas; Máq. p/ Escritório e Eq. de Informática;	São Paulo	SP	SE		5	
Total					6	15	9

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

O fenômeno Reestruturação Organizacional, por sua vez, também obteve um relativo grau de importância. Ele faz referência aquele momento em que a empresa reorganiza as suas atividades produtivas no país, incluindo redistribuição ou transferência de tarefas às unidades do grupo, pode haver transferência de plantas, concentração da produção em determinadas regiões e fechamento de unidades, por exemplo. Tudo isto, concomitantemente, à instalação de uma fábrica.

O objetivo de instalar uma fábrica no país para substituir importações foi o assunto de 15 reportagens, sendo que 11 diziam respeito à região Sudeste – foram encontrados nove casos no estado de São Paulo e dois em Minas Gerais. Por sua vez, Divisão de Funções e Atividades apresentou umas das frequências mais baixas e esteve presente com maior intensidade no estado de São Paulo e na região Sul. Este fenômeno é utilizado quando é importante o papel da empresa como fornecedor - necessitando de uma maior proximidade com o cliente.

Preocupação Ambiental, Modernização da Produção, *Joint Venture* e Parceria obtiveram baixa participação (um registro cada) porque, na pesquisa, eram classificações detentoras de um papel meramente complementar e representaram a última alternativa quando os demais fenômenos não puderam ser utilizados.

Suprir o mercado interno e atender a demanda externa foram, portanto, as principais estratégias empresariais apontadas pelas notícias quando tratavam da instalação de unidades fabris. O objetivo das empresas era se beneficiar não só da expansão do mercado consumidor interno, resultado dos planos de controle inflacionário, mas também da alternativa promissora de aumentar a rentabilidade via comércio exterior. Para tanto, foram necessários investimentos que aumentassem a produção da empresa, principalmente, por meio de novas fábricas e novas técnicas produtivas e organizacionais - que permitissem atingir metas cada vez mais elevadas de produtividade. Entretanto, o que se verificou não foi apenas uma preocupação única e exclusiva relacionada à quantidade, pois a necessidade de oferecer produtos qualitativamente superiores e inovadores foi a principal responsável pela dinâmica competitiva da indústria nacional no período recente.

2.4 Conclusões Parciais

Diante da precariedade dos dados sobre a indústria de transformação, a metodologia adotada para a realização deste trabalho representou uma alternativa para a análise do processo de reestruturação e desconcentração da indústria brasileira no período recente. Por meio da sistematização das notícias divulgadas nos principais jornais de economia, buscou-se caracterizar o perfil dos investimentos anunciados no Brasil, assim como, identificar e examinar os principais determinantes espaciais do parque produtivo nacional.

A principal evidência que a pesquisa constatou foi a continuidade do movimento de desconcentração industrial com manutenção dos padrões de localização regional. Conforme sugerido pela teoria, as atividades produtivas passaram a se deslocar segundo dois movimentos: interiorização e periferização. Este último sofreu forte influência dos padrões de localização já estabelecidos no território nacional e que deram origem a um perfil regional e setorial para os investimentos. Os setores ligados à metal-mecânica não são atraídos pelos mesmos fatores que influenciam a ida das indústrias intensivas em trabalho menos qualificado para a região Nordeste, por exemplo. Quanto à transferência de

atividades produtivas das regiões metropolitanas para o interior dos seus próprios estados, o caso de São Paulo é o mais emblemático de um fenômeno mais abrangente.

A opção por áreas que oferecessem custos reduzidos - no que diz respeito à mão-de-obra, logística e matéria-prima, por exemplo - e a proximidade com as principais universidades do país foram um dos propulsores da distribuição espacial da indústria nos período recente. A adoção destas estratégias empresariais é consequência da abertura econômica e do Plano Real, que intensificaram a concorrência com produtos importados e trouxe a necessidade do país se inserir no comércio internacional com produtos detentores de um preço mais competitivo e inovadores.

Apesar do paradoxo, outra característica que delinea a dispersão geográfica das indústrias é a reconcentração dos setores com maior densidade tecnológica e do segmento terciário na RMSP, o que ajuda eliminar a presença de desindustrialização na capital paulista e no seu entorno.

Diferentemente do que foi apresentado por Lencioni (2003), verificamos um tênue processo de descentralização industrial estimulado pelas manifestações de desconcentração de atividades importantes da empresa, assim como, pela dispersão geográfica de segmentos tidos como de alto conteúdo tecnológico.

A obtenção deste resultado foi importante porque cria a expectativa de que, no médio e longo prazos, a distribuição espacial do parque produtivo nacional será menos desigual, beneficiando regiões distantes do principal centro econômico do país com atividades-núcleo da empresa e criando externalidades mais do que positivas para as localidades receptoras.

Todos os resultados obtidos por meio das reportagens foram contextualizados de acordo com o que já havia sido apresentado pela literatura pertinente ao tema, e por esta razão, este encaminhamento teórico foi quem estruturou as amarras do trabalho e impediu que as limitações das notícias, de certa forma, interferissem nos resultados. Baseando-se nesta relação teoria-prática, o capítulo final da pesquisa apresenta um balanço dos pontos em comum e as divergências encontradas.

CONCLUSÃO FINAL

A partir da década de 1990 observamos diversas transformações na política econômica, com profundos impactos sobre a economia brasileira que, com um maior grau de abertura ao mercado externo, passou a ser crescentemente afetada pelo movimento global de reestruturação da economia mundial.

Um novo conjunto de políticas industriais e de comércio exterior foi implementado nesse período, baseado na abertura comercial, na desregulamentação do mercado interno (inclusive financeiro) e no estabelecimento de novas diretrizes para a economia, além do esforço de estabilização econômica empreendido com o Plano Real.

Essas importantes mudanças na economia brasileira incentivaram a tomada de decisões no sentido de uma reestruturação do setor industrial, afetando os planos de localização das empresas em sua dinâmica de concentração/desconcentração espacial. A necessidade de produzir com custos cada vez mais reduzidos para enfrentar os concorrentes externos passou a ser a estratégia predominante de muitas unidades instaladas no país. Por esta razão, a quase regra foi a alocação dos investimentos em localidades que ofereciam, sobretudo, proximidade com o mercado consumidor e universidades, baixos custos com mão-de-obra e logística, além de incentivos fiscais.

Para verificar o processo, realizou-se uma coleta de reportagens relacionadas à reestruturação e desconcentração da indústria brasileira. Na amostra de notícias examinada neste trabalho, verificou-se que o princípio da modernização esteve implícito na construção de praticamente todas as unidades produtivas, e que a necessidade de atender os mercados consumidores que emergiram diante da estabilização da economia levou à implementação de diversas estratégias concomitantemente; dentre elas, podemos citar a utilização de tecnologias relativamente avançadas, que permitissem a obtenção de elevados índices de produtividade e baixos custos, e desta maneira, os objetivos de expandir a capacidade produtiva e promover exportações seriam atingidos de forma mais eficiente.

Como parte do plano de sobreviver no competitivo e exigente mercado doméstico e internacional, muitas empresas não mediram esforços para efetivar os alicerces da reestruturação da indústria e passaram a investir em produtos qualitativamente melhores e inovadores, fenômeno representado neste estudo pelas categorias Estruturas Físicas para Inovação e Diversificação.

A busca empresarial por redução de custos e expansão da produção levou um número significativo de plantas para regiões distantes do principal centro econômico do

país, e foi este movimento que deu a dinâmica da desconcentração industrial verificada no período recente. Em relação à década de 1970, data de início do processo de dispersão das atividades produtivas pelo território nacional, o ritmo foi menos intenso, mas não menos importante.

Baseando-se nas conseqüências das políticas adotadas nos anos 1990 - como o desmantelamento do Estado, a valorização do câmbio, a redução dos investimentos em infra-estrutura na periferia nacional e o baixo crescimento das exportações das manufaturas -, Cano (1998) diagnosticou uma 'suave' reconcentração e inflexão da desconcentração. Os resultados obtidos nesta pesquisa respaldam este argumento de Cano, pois 28,3% dos investimentos anunciados para o país tinham como destino o estado de São Paulo.

Com relação aos anos anteriores, pode-se dizer que São Paulo perdeu participação, contudo, o seu poder de atratividade sobre os investimentos produtivos continua bastante elevado em razão da infra-estrutura de qualidade, mão-de-obra qualificada, proximidade com universidades e com os principais mercados consumidores do país. Por motivos como estes, é nesta região que tem se localizado os principais investimentos em informática, microeletrônica, telecomunicações e automação.

Os argumentos de Pacheco (1998) sobre o aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras e o surgimento de "ilhas de produtividade e dinamismo" foram condizentes com os resultados obtidos. Com exceção do Sudeste e do Sul, que apresentam características espacialmente mais homogêneas, a análise de 530 notícias permitiu identificar que a produção doméstica está concentrada nas capitais dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Contudo, a afirmação de Pacheco (1998) de que haverá redução dos níveis de integração inter-setorial e inter-regional no Brasil talvez seja demasiada pessimista. Em alguns casos, o fato de que apenas porções de cada região estão tendo melhor inserção internacional ou se beneficiando de investimentos privados, pode ser traduzido numa maior articulação das redes de produção internas do país. Os elos entre São Paulo e o restante do Brasil, por exemplo, permanecerão unidos devido à dependência que outras áreas industriais ainda têm com relação ao principal centro econômico do país, pois é nele que estão localizadas as atividades de gestão, concepção e inovação. O que observou-se, para o território nacional, foi a estratégia empresarial de expandir a produção e redistribuir as atividades, de forma que se complementem, respeitando a especialidade produtiva das fábricas instaladas em diversas regiões.

Da mesma forma, não é possível dizer que há um processo de reversão da polarização industrial da Área Metropolitana de São Paulo, conforme exposto por Campolina Diniz (1999). Não há dúvidas de que as pressões de custo da Região Metropolitana de São Paulo e a criação de economias de aglomeração em outras regiões e cidades estimularam o processo de desconcentração, contudo, mesmo diante destes fatores, o estado de São Paulo demonstrou uma capacidade excepcionalmente maior para atrair os investimentos anunciados. Depois dele, estão os estados de Minas Gerais e Paraná, e uma das explicações para esta boa colocação é a proximidade geográfica com São Paulo.

Por mais que o surgimento de novas áreas industriais em diferentes pontos do território nacional seja um fenômeno fundamental para o desenvolvimento regional, na análise das informações ficou nítido que a importância econômica das regiões Sudeste e Sul não foi abalada, pelo contrário, se consolidou cada vez mais. Por este motivo, é possível dizer que o polígono industrial que Campolina Diniz (1996) discutiu continua vigente e foi reforçado. Há uma força de contenção do campo aglomerativo de São Paulo que determina três eixos para a desconcentração da indústria: um no sentido que vai para o centro de Minas Gerais, outro para a região Sul e, por último, mas não menos importante, para o interior do estado de São Paulo.

O argumento de Azzoni (1986) e Pacheco (1998) de que não existem alternativas de polarização externas a São Paulo faz todo o sentido diante destes movimentos de desconcentração e 'suave' reconcentração da indústria nacional. A amostra de reportagens examinadas não forneceu qualquer indício de desindustrialização na RMSP, o que ajuda a corroborar a idéia de que o centro industrial do país ainda posiciona-se competitivamente frente às demais áreas, com seu núcleo espraiando para áreas vizinhas.

Portanto, a ênfase dada ao predomínio do setor terciário na região deve ser *relativizada*, pois o conjunto de notícias coletadas não permite afirmar que isto ocorreu em detrimento da indústria de transformação, mas sim pela estrutura produtiva bem articulada e diversificada que esta área do país apresenta.

É inegável que, de uma forma geral, a instalação de unidades fabris em regiões distantes de São Paulo possibilitou o surgimento de externalidades positivas e o início de um processo de crescimento sustentado nestas áreas. A sociedade, portanto, beneficiou-se da desconcentração, mas é preciso destacar que os efeitos positivos da dispersão das atividades produtivas poderiam ser maiores, caso houvesse a efetivação de políticas públicas que objetivassem a redução das desigualdades regionais. O atual mecanismo de

atratividade utilizado pelo governo, o fornecimento de subsídios fiscais, ainda não representa solução para o problema.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e território – a distribuição espacial do desenvolvimento brasileiro no plano plurianual 2004 – 2007. **Revista Ciência Hoje**, v.34, n.200, p.40-45, 2003.

AMARAL FILHO, J. **Incentivos fiscais e políticas estaduais de atração de investimentos**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Texto para discussão nº 8. Fortaleza, 2003.

ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V., (Des)Concentração espacial da indústria brasileira: possibilidades e limites da investigação. **Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia**, ANPEC, Belém, dezembro de 1999.

Atlas das Concentrações Industriais do Estado de São Paulo. São Paulo: Sebrae, nov. 2002.

AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**. n. 16 (número especial), p. 261-285, 1986.

AZZONI, C. R. e FERREIRA, D. **Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil**. Trabalho desenvolvido no âmbito do NEMESIS (MCT/Finep/CNPq/Pronex). São Paulo: mimeo, 1997.

AZZONI, C. R. Sobre a Necessidade da Política Regional. *In* **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**, ed. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 17-43, 2002.

AZZONI, C. R. **Crescimento Econômico e Desigualdade Regional**. Palestra realizada no anfiteatro C da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara. 11 de maio de 2004.

BARROS, J.R.M.; GOLDENSTEIN, L. Reestruturação industrial: três anos de debate. *In* **Brasil: desafios de um país em transformação**. Velloso, J.P.R. (org.). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. O legado da modernização conservadora e a reestruturação do território” *In* **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1994.

BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. G. **Desenvolvimento e inserção externa nos anos 90: uma crítica à visão de Gustavo Franco**. São Paulo, mimeo. 16 pg., 1996.

BOTELHO, A. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, 15. 2002.

CAIADO, A. S. C. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985-1998): Pausa ou Retrocesso?**. Tese de Doutorado em Economia. – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CAIADO, A. S. C. **Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000.** www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/a04a114.pdf, 2004.

CARLOS, A. F. A. Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de São Paulo: bases para análise. In GONÇALVES, M. F.; et. al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** Ed. Unesp, 2003.

CASTRO, A.B. **A indústria brasileira às vésperas da desvalorização: o crescimento fácil e a inflexão possível.** In XI Fórum Nacional, Rio de Janeiro, mimeo, 1999.

CLEPS, G. D. G. A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. **Caminhos de Geografia.** Instituto de Geografia/UFU, 2003.

Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Versão 1.0. 2ª edição. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2004.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In Velloso, J.P.R. (org.), **Brasil: desafios de um país em transformação,** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DINIZ, C. C. Global-Local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. **Nota Técnica – Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico,** IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

DINIZ, C. C., A nova configuração urbano-industrial no Brasil. **Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia,** ANPEC, Belém, dezembro de 1999.

DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia,** v.6, n. 1, julho de 1996.

FRANCO, G. H. B. **A inserção externa e o desenvolvimento.** Mimeo, junho de 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.

Gazeta Mercantil (diversos números).

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *In Revista de Economia Contemporânea* (5), Rio de Janeiro, Ed. Especial, 2001.

LAPLANE, M.; SARTI, F. O investimento direto estrangeiro e a retomada do desenvolvimento sustentado nos anos 90. *In Economia e Sociedade* (8), p. 43–81, Campinas, junho de 1997.

LEMONS, M. B.; MORO, S.; DOMINGUES, E. P.; e RUIZ, R. M. A organização territorial da indústria no Brasil. *In* De Negri, J. A. e Salermo, M. (eds.). **Inovação, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

LEONCINI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. *In* GONÇALVES, M. F.; et. al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. Ed. Unesp, 2003.

LENCIONI, S. Produção no interior, gestão na capital. **Revista Fapesp**. Edição 61. <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1195&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em 27 de setembro de 2006.

LENCIONI, S. A reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**, nº 38, p.54-61, 1994.

MOREIRA, M.M. e CORREA, P.G. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. *In Revista de Economia Política*, vol. 17, nº 2 (66) p.61-91, 1997.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?**. Texto para discussão do BNDES nº 108. Rio de Janeiro, julho de 2006.

NATAL, J. Revisitando o ‘Rio de todas as crises’ – economia, espaços e classes. *In Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões* (p. 423-438), 2003.

O Estado de São Paulo. Especial Novo Mapa do Brasil (vários números), 2005.

PACHECO, C.A. **A fragmentação da nação**. Ed. Unicamp/Instituto de Economia, Campinas, 1998.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores de produção e do investimento industrial**. Texto para Discussão, n. 633, IPEA, Brasília, março de 1999.

RESENDE, A.V. **A política industrial do Plano Real**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Texto pra discussão nº 130, Belo Horizonte, 2000.

SANTOS, A. M. S. P. **Reestruturação espacial e dinâmica econômica**. Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos (NEMESIS). Rio de Janeiro, 1998.

SABOIA, J. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90 – um enfoque regional**, Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, v.30, n.1, abril de 2000.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *In* Belluzo, L.G.de M. (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre crise**, São Paulo: Brasiliense, v.1, 1983.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. 2ª ed., São Paulo, Huicitec/Unicamp, 2000.

SUZIGAN, W. e FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. Vol. 26, nº 2 (102), pp. 163-185. abril/junho de 2006.

TAVARES, H. M. (2000), Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. *In* A. C. T. Ribeiro (org.), **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires, Clacso. 2000.

VALOR ECONÔMICO (diversos números).

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Texto para Discussão do IPEA. Número 500. 1997.

VEIGA, P.M. O viés antiexportador: mais além da política comercial. **O Desafio das Exportações** – BNDES, p.155-174, 2002.

ANEXOS

Anexo 1 Municípios do Interior do Estado de São Paulo que Receberam Investimentos Produtivos

Municípios	2000	2002	2004
Americana		1	
Américo Brasiliense			1
Araçariгуama		1	
Araras			1
Bauru		1	
Caçapava	1		
Campinas	1	3	2
Campo Largo		1	
Castilho			1
Cravinhos			1
Cubatão	1		
Franca	2		
Hortolândia		1	1
Indaiatuba	3		
Itatiba		1	
Itupeva			1
Jacareí	2		
Jaguariúna		1	1
Jundiaí	2		
Limeira			1
Lins			2
Marília	1		
Mogi Mirim			2
Nova Odessa	1		
Paulínia		1	3
Pederneras			1
Pidamonhangaba	1		1
Piracicaba			1
Ribeirão Preto	3		
Rio Claro	1		
Salto Pirapora		1	
São Carlos	3		
São José dos Campos	5		
Sorocaba	1		
Taubaté			1
Valinhos	2		
Varginha	1		
Vinhedo	1		1
(Não definido)			1
Total	32	12	23

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

Anexo 2

A.2 Distribuição Inter-Estadual e Inter-Regional dos Investimentos Anunciados

Estados	Códigos da CNAE																							
	15	24	27	34	32	29	25	26	72	30	31	36	28	21	19	35	23	16	73	18	20	17	33	37
SP	8	30	4	5	6	8	6	5	2	6	2		4		2	4	2		3				1	
MG	8	1	5	6	1	1		2			4	3	1										1	
RJ	3	4	3		1	1	1		1								1							
ES	2		1	1													1							
Sudeste	21	35	13	12	8	10	7	7	3	6	6	3	5		2	4	4		3			2		
PR	11	2		6	1	1	1	1	1					2		2			1		3		1	1
RS	3	2		2	1	2	2	1	1	2		2	2	2				3			1			
SC	4	2	4	2		2		2			2	1		1				1						
Sul	18	6	4	10	2	5	3	4	2	2	2	3	2	5		2		4	1		4		1	1
BA	2	5	2			1	2				1	3		2	3					2		1	1	
CE	1		2		1			1												1				1
MA			1																					
PB								3																
PE	3	3					5				1			1									1	
PI	1																							
RN	1							1												1				
SE	1							1																
Nordeste	9	8	5		1	1	7	6			2	3		3	3					4		1	2	1
GO	10	2							4				1										1	
MT	7	3																						
MS	4	1	1			1									1									
Centro-Oeste	21	6	1			1			4				1	1								1		
AM		3		1	7				2	2		1	2						1					
PA	3																							
Norte	3	3		1	7				2	2		1	2						1					
Total	72	58	23	23	18	17	17	17	11	10	10	10	10	8	6	6	5	4	4	4	4	4	3	2

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

Código	Denominação
15	Alimentos e Bebidas
16	Produtos do Fumo
17	Produtos Têxteis
18	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios
19	Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados
20	Produtos da Madeira
21	Celulose, Papel e Produtos de Papel
23	Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Prod. de Álcool
24	Produtos Químicos
25	Artigos de Borracha e de Material Plástico
26	Produtos de Minerais Não-Metálicos
27	Metalurgia Básica
28	Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos
29	Máquinas e Equipamentos
30	Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática
31	Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos
32	Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações
33	Equip. de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios
34	Fabricação e Montagem de Veículos Automóveis
35	Outros Equipamentos de Transporte
36	Móveis e Indústrias Diversas
37	Reciclagem
72	Atividades de Informática e Serviços Relacionados
73	Pesquisa e Desenvolvimento

Anexo 3

Nos subtópicos, a seguir, faz-se um balanço dos impactos gerados nas principais cidades que se beneficiaram da desconcentração da indústria automobilística no território nacional:

- **São José dos Pinhais (PR)**

Embora a Região Metropolitana de Curitiba já vivenciasse um processo de industrialização, a chegada das montadoras, na segunda metade da década de 1990, deu novo fôlego à economia local. Hoje, das dez principais empresas exportadoras do Paraná, cinco são da área automobilística (Volkswagen, Renault, Volvo, Bosch e Tritec)⁵⁰. São José dos Pinhais (PR), pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, onde estão a Volkswagen e a Renault, sofreu uma transformação ainda mais intensa: o agronegócio representava 50% das receitas municipais em 1997, agora chega a 25% devido à transformação da cidade no segundo maior pólo automotivo do país.

O município ocupava a oitava posição no ranking em 1997 e, em 2004, foi o terceiro maior arrecadador de ICMS do Paraná, atrás apenas de Curitiba e Araucária. Mesmo que as montadoras ainda não paguem ICMS, outras 1.150 empresas pagam. Destas, mais de 600 chegaram ao município nos últimos sete anos. Dados da Secretaria da Indústria e Comércio permitem comparações interessantes: de 1940 a 1996, São José dos Pinhais recebeu 523 empresas, uma média de nove por ano. Entre 1997 e 2004, 627 foram instaladas no município, 90 por ano. No comércio, foram registradas 1.615 empresas em 56 anos e outras 2.385 nos últimos sete anos⁵¹.

Não há como negar que São José dos Pinhais sofreu um surto industrial e que, junto com as montadoras, vieram muitas outras empresas. Prova dessa explosão é que o PIB do município triplicou. Em 1997, ele era de R\$ 1,4 bilhão e, em 2002, subiu para R\$ 4,5 bilhões. A população também aumentou e passou de 169 mil para os atuais 252 mil

⁵⁰ Segalla, Amauri. “Os carros aceleram Curitiba”. Pág. 4. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 4 de dezembro de 2005.

⁵¹ Lima, Marli. “São José prefere ocultar prosperidade”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

habitantes⁵². A 20 minutos de carro de São José, Curitiba também sentiu o impacto. Boa parte dos 7 mil funcionários das fábricas da Volkswagen e da Renault foi morar na capital.

Apesar deste bom desempenho econômico de São José dos Pinhais, o governo do Estado de início, em fevereiro de 2004, à revisão dos incentivos concedidos em 1996 e 1997 a Volkswagen/Audi e Renault para a instalação das unidades fabris no município. As negociações incluem a tentativa de aumentar o conteúdo local dos automóveis fabricados no estado, a ampliação dos postos de trabalho e o próprio teor dos benefícios fiscais. De acordo com estimativas do governo do estado do Paraná, o conteúdo local dos carros produzidos pela Volkswagen e pela Renault gira ao redor de 2%. Cerca de 46% são componentes importados e o restante é originário de outros estados. Logo, a intenção é aumentar o índice de ‘paranização’, seguindo os passos da Fiat que desde o início dos anos 90 ampliou de 40% para 72% a participação das matérias-primas e componentes adquiridos em Minas Gerais sobre os custos dos carros da marca fabricados em Betim (MG)⁵³.

- **Gravataí (RS)**

Mesmo num município que já abrigava um diversificado parque industrial, a chegada de uma montadora causa impactos muito significativos. Isto ocorreu em Gravataí, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, com a inauguração da fábrica da General Motors em julho 2000. A partir de então, a unidade da multinacional passou a ter um papel fundamental na economia do município ao injetar cerca de R\$ 45 milhões por ano na forma de salários. Gravataí saltou de um PIB de R\$ 728 milhões em 1997 (em moeda da época), ano em que foi anunciada a instalação da montadora no município, para R\$ 3,82 bilhões em 2005⁵⁴.

Desde 1998, quando iniciaram os preparativos para a implantação da unidade, a arrecadação da prefeitura triplicou e o número de trabalhadores formais avançou 39%⁵⁵.

⁵² Segalla, Amauri. “Os carros aceleram Curitiba”. Pág. 4. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 4 de dezembro de 2005.

⁵³ Bueno, Sérgio. “Paraná quer mais conteúdo ‘local’ nos carros fabricados no estado”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. Edição Nº 953. 19 de fevereiro de 2004.

⁵⁴ Segalla, Amauri. “GM cria raízes em Gravataí e anuncia ampliação”. Pág. 4. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 4 de dezembro de 2005.

⁵⁵ A montadora não confirma, mas segundo fontes internas os funcionários da produção recebem cerca de R\$ 1 mil mensais após dois anos de trabalho, 55% menos do que igual função no ABC paulista. A reportagem também destacou o ‘feito GM’ sobre o orçamento da prefeitura de Gravataí: em 1997 foi de R\$ 36 milhões; para 2004, o valor projetado é de R\$ 128 milhões, sendo R\$ 12 milhões por conta da montadora. O problema apontado é que, justamente, esta perspectiva de emprego atrai novos moradores e demanda maiores

Mesmo assim, só a montadora e seus 17 "sistemistas" (fornecedores de peças e componentes) responderam por 3,5 mil dos 8,2 mil empregos formais gerados na cidade desde o fim de 1998, elevando para 33,6 mil o estoque de postos de trabalho ativos em 2003⁵⁶.

- **Camaçari (BA)**

Outro bom exemplo da desconcentração da indústria automobilística, no Brasil, foi a chegada da Ford em Camaçari (BA), no ano de 1999, que movimentou não apenas a economia local, mas a de toda a Bahia. Houve agregação de serviços, ampliação e diversificação da pauta de exportações estadual, e geração de emprego e renda, direta ou indiretamente, por meio das empresas que gravitam sua produção em torno da grande fábrica, os sistemistas. Inicialmente projetada para ser instalada no Rio Grande do Sul, a unidade produtiva ganhou o rumo da Bahia devido a um desentendimento da montadora com o governo gaúcho e exigiu investimentos de US\$ 1,9 bilhão naquele estado nordestino⁵⁷.

Considerada um sucesso de produtividade, a planta possui três turnos de trabalho por dia e durante este período saem 912 carros. A cada 80 segundos surge um novo Fiesta ou uma nova EcoSport. Boa parte da produção (cerca de 45%) é embarcada para outros países, principalmente para o México, pelo já saturado Porto de Salvador. Desta maneira, os veículos automotores passaram a ser o terceiro item da pauta estadual. Cerca de dez mil pessoas trabalham no complexo Ford, que abriga também as instalações de 25 fornecedores. Num prédio anexo à linha de montagem, 500 engenheiros trabalham no desenvolvimento de produtos⁵⁸.

A expectativa do governo baiano era de que o índice de nacionalização chegasse a 95%, enquanto a "baianização" se encarregaria do restante. Em 2002, contudo, a produção baiana dos componentes já alcançava 71%. Este resultado é muito positivo para o

investimentos em serviços públicos. Desde 1995, a população local cresceu 20%, para 248 mil habitantes (Bueno, Sérgio. "PIB de Gravataí Cresce 96% Após Chegada da GM". Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004).

⁵⁶ Bueno, Sérgio. "PIB de Gravataí cresce 96% após chegada da GM". Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

⁵⁷ Emílio, Paulo. "Camaçari vê surgir 1,2 mil empresas". Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

⁵⁸ Nucci, João Paulo. "O ciclo da borracha de Camaçari". Pág. 6. Novo Mapa do Brasil. O Estado de São Paulo. 23 de outubro de 2005.

município de Camaçari, que até 1999 dependia quase exclusivamente do pólo petroquímico⁵⁹.

Com os impactos desse sopro de progresso que a Ford possibilitou, surgiram problemas comuns às cidades que se desenvolvem rapidamente. Até 1997, o município possuía cerca de 150 mil habitantes. Agora estima-se a população em torno de 190 mil, 95% instalados na zona urbana. Muitos habitantes de cidades vizinhas e até mesmo de outros estados também acabaram se deslocando para lá na esperança de conseguir trabalho⁶⁰.

Algumas das alternativas encontradas para suprir a falta de mão-de-obra qualificada foram os treinamentos, feitos em parceria com o Senai, e os trabalhadores já qualificados transferidos da fábrica situada no ABC paulista⁶¹. As 512 máquinas automatizadas – 271 robôs – também ajudaram a empresa nesta tarefa, a elas cabem as funções mais insalubres, como solda⁶².

O próprio avanço da atividade na Ford começa a estimular a organização sindical dos metalúrgicos na Bahia. Não é um movimento nas mesmas proporções da categoria no ABC. Mas, ao contrário do trabalhador paulista, o metalúrgico baiano tem hoje, com o ritmo intenso da linha de montagem da Ford, um instrumento de pressão. Em relação ao metalúrgico de São Bernardo do Campo, o baiano na mesma função ganha menos. O salário médio dos operários da Ford (BA) gira em torno de R\$ 800. Em São Bernardo do Campo, a média é de R\$ 1.400⁶³.

- **Betim e Juiz de Fora (MG)**

Pelo fato de não estar localizada na região do ABC paulista, Betim (MG), Região Metropolitana de Belo Horizonte, merece destaque pois também foi beneficiada pela instalação de uma montadora de automóveis na cidade. A Fiat chegou em 1976, mas levou consigo fábricas de autopeças anos depois. Atualmente, a indústria automobilística mineira é responsável por cerca de 30% da receita do município. Mas, como contribuinte, perde

⁵⁹ Emílio, Paulo. “Camaçari Vê Surgir 1,2 mil Empresas”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Não consta autor. “Múltis investiram pesado em Camaçari”. Primeiro Caderno. Valor Econômico. Edição Nº 1091. 8 de setembro de 2004.

⁶² Olmos, Marli. “A terceira fábrica mais produtiva do mundo”. Empresas & Tecnologia. Valor Econômico. Edição Nº 485. 11 de abril de 2002.

⁶³ Não consta autor. “Maior meta sindical é a igualdade de salários”. Caderno Especial. Valor Econômico. 20 de junho de 2006.

para a Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras, que responde por quase metade da receita de Betim. Contudo é o setor que garante a maior parte dos empregos, aproximadamente 100 mil, numa cidade que tem aproximadamente 360 mil habitantes⁶⁴.

O processo de "mineirização" dos fornecedores foi iniciado pela montadora em 1987, e garantiu a instalação de inúmeras fábricas de autopeças e componentes no estado. Atualmente, a empresa destina a fornecedores de Minas Gerais 72% do total de US\$ 1 bilhão gastos anualmente com a compra de insumos e componentes⁶⁵.

Em Juiz de Fora (MG), a situação é muito diferente. Até 2002, quando a possibilidade de fechamento da planta industrial da Mercedes Benz parecia real, além dos metalúrgicos, os empresários, comerciantes e varejistas também lamentaram a aposta que fizeram no sucesso do Classe A da empresa, um modelo que deixou de ser produzido em 2005. Aparentemente sem flexibilidade para fazer outro veículo, a operação se resume a uma linha de montagem com peças importadas⁶⁶.

⁶⁴ Moreira, Ivana. "Otimismo volta a Juiz de Fora e Fiat ainda lidera crescimento de Betim". Primeiro Caderno. Valor Econômico. 23 de agosto de 2004.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Olmos, Marli. "O desafio de reinventar a linha de produção". Caderno Especial. Valor Econômico. 20 de junho de 2006.

Anexo 4

A.4 Descentralização e Concentração da Indústria Química no Território Nacional

Códigos	Denominação (fabricação de:)	Descentralização	Concentração	
			RMSP	RMRJ
24.1	Produtos Químicos Inorgânicos			
24.2	Produtos Químicos Orgânicos			1
24.3	Resinas e Elastômeros		2	1
24.4	Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Artificiais e Sintéticos			
24.5	Produtos Farmacêuticos	7	6	1
24.6	Defensivos Agrícolas			
24.7	Sabões, Detergentes, Produtos de Limpeza e Artigos de Perfumaria		1	1
24.8	Tintas, Vernizes, Esmaltes, Lacas e Produtos Afins		3	
24.9	Produtos e Preparados Químicos Diversos			
Total		7	12	4

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).

A.4.1 Dispersão da Indústria Química no Estado de São Paulo

Códigos	Denominação (fabricação de:)	Interior do Estado de SP	RMSP
24.1	Produtos Químicos Inorgânicos	2	
24.2	Produtos Químicos Orgânicos		
24.3	Resinas e Elastômeros	5	2
24.4	Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Artificiais e Sintéticos	1	
24.5	Produtos Farmacêuticos	6	6
24.6	Defensivos Agrícolas		
24.7	Sabões, Detergentes, Produtos de Limpeza e Artigos de Perfumaria	4	1
24.8	Tintas, Vernizes, Esmaltes, Lacas e Produtos Afins		3
24.9	Produtos e Preparados Químicos Diversos	2	
Total		20	12

Fonte: elaboração própria a partir de Gazeta Mercantil (Ano: 2000) e Valor Econômico (Anos: 2002 e 2004).